

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

ATA N.º 18/2017

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Atas; **1.2.** Alteração ao Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal – início do procedimento e participação procedimental; **1.3.** Regulamento de Funcionamento da Loja do Cidadão de Mafra – início de procedimento e participação procedimental; **1.4.** Contrato de empreitada para a execução da Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral – Ratificação de despacho de abertura; **1.5.** Prestação de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas da Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro: Modificação Objetiva do Contrato 96/2015 – extinção do Lote 13 – Escola Básica da Malveira; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Processo de Transporte Escolar não enquadrável no Regulamento Municipal – aluno da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal – Runa; **2.2.** Processo de Transporte Escolar não enquadrável no Regulamento Municipal – aluna do ensino articulado de música – Agrupamento de Escolas Madeira Torres; **2.3.** Representação do Município de Mafra no

encontro anual da Rede Internacional de Surf Cities – Arica 2017; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Pedido de isenção de taxas devidas pela realização de operação urbanística no Sobreiro – Mafra – OP-240/2017; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e quarenta minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexos I, II e III). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente da Câmara deu conhecimento dos eventos realizados no Concelho: no dia 15 de setembro, na Mafra Business Factory, a “Open Day Business Factory”; de 15 a 17 de setembro, na Capela da Sagrada Família, a exposição do Altar do Setenário de Nossa Senhora das Dores e, na Sala Elíptica, Salão Grande (Torreão Sul) e Sala dos Atos, o In’Musica; no dia 18 de setembro, o descerramento da placa toponímica “Avenida Henrique Osório de Castro”; no dia 22 de setembro, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, o desfile do estilista António da Silva denominado por “Ericeira Fashion”; de 22 a 24 de setembro, no âmbito das comemorações do tricentenário, no jardim junto à Escola das Armas, as atividades radicais pela Escola das Armas; de 23 a 24 de setembro, em Cheleiros e Mafra, as Jornadas Europeias do Património e, no Jardim do Cerco, o Festival “Palco do Mundo”; no dia 24 de setembro, no Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o lançamento do livro “Orlando Moraes”; no dia 27 de setembro, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, o Dia das Bandeiras Verdes 2017 “Galardão Eco-Escolas”. -----

--- Informou, ainda, sobre os próximos eventos que decorrerão no Concelho: de 30 de setembro a 9 de dezembro, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

Jpm

Guitarras; no dia 1 de outubro, às 16h00, no âmbito das comemorações do tricentenário, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o Concerto a seis órgãos; no dia 5 de outubro, pelas 18h00, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, o concerto de comemoração do Dia Internacional da Música – SOLinSI; nos dias 7 e 8 de outubro, na Ribeira d’Ilhas, o Campeonato Nacional de Surf Masters e, às 09h00, no Palácio Nacional de Mafra, a Corrida solidária - 300 anos 300 kms; no dia 14 de outubro, às 07h00, no Palácio Nacional de Mafra, a 13.ª edição da Marcha dos Fortes, às 09h30, em Cheleiros, o passeio e visita guiada à Aldeia de Broas “*A memória das pedras*”, às 16h00, o lançamento do livro de Diogo da Costa Ferreira “*Invius*” e colóquio “*Pensar e pensar-se: A construção da pessoa e do mundo*”, com Diogo Costa Ferreira, Luís Amado e Joaquim Mendes e, ainda, à mesma hora, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, o concerto pelo coro de câmara “Outros Cantos”; no dia 21 de outubro, pelas 19h30, no âmbito das comemorações do tricentenário, “*Vamos servir o Rei*”, por ocasião do aniversário de D. João V, com restaurantes participantes de Mafra e, pelas 22h00, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, a Gala de Ópera; nos dias 21 e 22 de outubro, na Ribeira d’Ilhas, o Campeonato Nacional Surf Esperanças – Sub 18; no dia 22 de outubro, às 09h00, em Mafra, o Trail da Real Tapada, às 11h00, no âmbito das comemorações do tricentenário, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, missa presidida por Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, por ocasião da Sagração da Basílica, às 14h30, no Palácio Nacional de Mafra, a Conferência “*As lunetas de Mafra, entre Matéria e Mensagem*” e, às 19h00, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a apresentação da obra MAFRA SACRA – Memória e Património Real e Venerável Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra. -----

--- Seguidamente, informou sobre a visita efetuada à cidade geminada de Leimen/ Alemanha, tendo o Município de Mafra estado representado na Festa do Vinho, nomeadamente com a Adega Cooperativa da Azueira, Manzwine e Quinta de Sant’ana.

--- Mais informou que foi entregue, esta semana, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a candidatura a Património Mundial da UNESCO do conjunto Palácio, Convento e Tapada, na sequência da integração das recomendações formuladas pelo

Centro do Património Mundial da UNESCO, endereçando uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho. -----

--- Informou que a Infraestruturas de Portugal deu por concluídos os trabalhos de estabilização de taludes na ER247, na Carvoeira. -----

--- Por fim, anunciou que acabara de ser confirmada, pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), a data de inauguração da nova Unidade de Saúde Mafra Leste (União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés e Freguesia do Milharado), no dia 9 de outubro, com a presença do Ministro da Saúde, obra esta que resultou da cooperação técnica e financeira entre a ARS-LVT e o Município de Mafra. --

--- **AUSÊNCIA DA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES:** -----

--- Nesta altura, ausentou-se da sala onde decorria a reunião a Vereadora Célia Batalha Fernandes. -----

--- **DO VEREADOR ELÍSIO SUMMAVIELLE:** -----

--- No uso da palavra, o Vereador Elísio Summavielle referiu que esta é uma reunião especial, sendo a última enquanto Vereador desta Câmara Municipal. Nesta conformidade, gostaria que ficasse registado o gosto especial que teve em participar nestas reuniões e em exercer o seu mandato o melhor que sabia e que podia. Declarou que sempre encontrou, em todos os Vereadores, um acompanhamento de simpatia, de cordialidade e de alguma amizade. Registou, com muito apreço, a forma como as reuniões de Câmara decorreram e o facto de todos os Vereadores poderem falar, assim como a oportunidade, sempre que foi solicitado nesse sentido, de dar o seu contributo em matérias relevantes para o Concelho, nomeadamente a candidatura a Património Mundial da UNESCO do conjunto Palácio, Convento e Tapada. Sobre esta matéria, destacou o trabalho do seu antigo colega e amigo Luís Pinho Lopes, um homem raro na dedicação à causa pública e que, num regime de voluntariado, contribuiu com o seu esforço para esta causa. De seguida, mencionou ter constatado que algumas medidas que foram deliberadas e executadas também constavam do programa político do Partido Socialista, situação que vê com muito apreço, salientando que a municipalização das águas é um passo importante e até inédito a nível nacional, esperando que tudo corra pelo melhor. Registou positivamente a atenção dada à Cultura, bem como às obras para a qualidade do ambiente urbano e aos melhoramentos feitos nas Freguesias. Relativamente à revisão do Plano Diretor

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

Municipal (PDM), disse que, pessoalmente, teve o gosto de ver acolhidas algumas das suas sugestões, congratulando-se com um novo instrumento urbanístico com regras claras. Concluindo, declarou que era com alguma emoção que se despedia de todos neste ciclo autárquico, tendo já aprendido que nunca se deve dizer nunca. Acrescentando que gosta muito deste Concelho, disse ficar ao dispor do Executivo, sempre que seja necessário. Agradeceu aos seus camaradas de bancada, Sérgio Santos e Antonieta Lourenço, a solidariedade que sempre tiveram e proferiu votos no sentido de que a abstenção baixe no próximo domingo, dia de eleições, considerando ser fundamental para a democracia. Desejou uma vitória do Partido Socialista e que todos aqueles que venham a ser eleitos trabalhem da melhor forma pelo Concelho, tendo sempre presentes os 43 anos de vida democrática do país. -----

--- DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA: -----

--- No uso da palavra, o Vereador Eduardo Baptista teceu algumas considerações sobre o mandato, tendo em conta a situação atualmente e os anos que passaram desde a criação do poder local democrático. Salientou que teve um enorme gosto em participar nesta Câmara Municipal, reconhecendo a simpatia e a cordialidade da parte do Presidente da Câmara Municipal, dos Vereadores e dos trabalhadores que acompanharam as reuniões de Câmara. Registou aspetos altamente positivos que foram conseguidos, tais como a questão da municipalização da água e outros consensos que foram estabelecidos, nomeadamente quanto ao Passe Intermodal, à defesa da Linha do Oeste e dos transportes ferroviários. Mencionou, igualmente, os aspetos negativos, os quais devem ser corrigidos, em duas componentes: a situação política que se vive e a evolução que esta mesma sofreu no país desde o 25 de abril de 1974 até hoje; e o funcionamento da Câmara Municipal de Mafra, sendo justamente sobre essa componente que escreveu um texto intitulado como "*Reflexão na última reunião de Câmara deste mandato*", o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo IV). -----

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----

--- Interveio, de seguida, a Vereadora Antonieta Lourenço, referindo ser a última reunião em que está presente na qualidade de Vereadora. Declarou que esta foi uma

experiência que todos os que criticam do “lado de fora” deveriam vivenciar, aditando que as autarquias são o sítio ideal para se debater o país. Reportando-se à elevada taxa de abstenção que se tem vindo a verificar nas eleições, fez votos que esta possa diminuir. Por último, teceu palavras de agradecimento pelo acolhimento, salientando ter sido uma experiência agradável, na medida do possível, apesar de reconhecer que, ainda, tem muito a melhorar em termos de trabalho, colocando-se à disposição para colaborar como munícipe, sempre que necessário. -----

---- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

---- O Vereador Sérgio Santos solicitou esclarecimentos sobre um comunicado emitido pela Associação dos Amigos da Baía dos Coxos e que foi publicado em órgãos da comunicação social, no qual esta associação declarava retirar o seu apoio à Reserva Mundial de Surf da Ericeira. De seguida, mencionou que não ia fazer nenhum balanço sobre o seu mandato, pois perspetiva continuar em funções no próximo, se assim a população de Mafra o entender, sendo que o mesmo se passa com todo o Executivo do PPD/PSD, sendo apenas uma questão de votação. Ainda, no uso da palavra, e não querendo deixar passar este momento, desejou muitas felicidades ao Vereador da CDU, endereçando-lhe um abraço fraterno. Da mesma forma, cumprimentou a Vereadora Antonieta Lourenço, eleita pelo Partido Socialista, agradecendo em seu nome, e dirigiu um agradecimento muito especial, em seu nome e em nome do Partido Socialista, ao seu camarada e amigo Elísio Summavielle, que honrou, durante estes quatro anos, o mandato que lhe foi confiado, sabendo que podem continuar a contar com ele. Por último, endereçou agradecimentos aos trabalhadores que, quinzenalmente, colaboram nas reuniões de Câmara, bem como a todos os trabalhadores municipais que se encontram nos seus postos de trabalho. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Relativamente ao comunicado da Associação dos Amigos da Baía dos Coxos, o Presidente declarou, atendendo ao *timing* da sua emissão, em pleno período eleitoral, o considera como tendo cariz político, tanto mais que já estava previamente agendada uma reunião na Câmara Municipal com a SOS Salvem o Surf, o Ericeira Surf Clube e a Associação dos Amigos da Baía dos Coxos para o dia imediatamente seguinte ao da divulgação do comunicado. Explicou que esta associação discordava que, no que concerne às classificações previstas no Plano da Orla Costeira, a Praia dos Coxos aumentasse de nível 4 para 3, com a consequente disponibilização de um apoio de

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

praia permanente. Contudo, esclareceu que, na proposta foi enviada para o Ministério do Ambiente, em sede de consulta pública, se propôs a classificação de nível 4. -----

--- **DA VEREADORA ALDEVINA RODRIGUES:** -----

--- De seguida, a Vereadora Aldevina Rodrigues interveio, agradecendo a todos os membros do Executivo Municipal pela partilha dos quatro anos de trabalho. Reiterou as maiores felicidades para todos. -----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente endereçou palavras de reconhecimento aos Vereadores e aos trabalhadores da Câmara Municipal que, em conjunto, contribuíram para que o Concelho fosse melhor, sendo esse o tributo que gostaria de deixar patente porque, na sua opinião, o Município encontra-se com as finanças mais sólidas e com melhores perspetivas de futuro, quer ao nível económico, quer acima de tudo ao nível do bem-estar e da felicidade dos munícipes. -----

--- **DO VEREADOR HUGO MOREIRA LUÍS:** -----

--- Tomou a palavra o Vereador Hugo Moreira Luís, declarando que, ao longo dos últimos quatro anos, teve o privilégio de ter aprendido muito e de ter trabalhado com todos, tanto no Executivo Municipal, como com os trabalhadores municipais que estão sempre disponíveis para colaborar ativamente em prol do Concelho, com dedicação, devoção e com a entrega total, valores que muitas vezes também não são valorizados. Declarou que, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, foram tomadas decisões estratégicas, perspetivando que estas tenham, a curto, médio e longo prazo, impacto significativo, de forma a que o Concelho seja cada vez mais sustentável, valorizado e mais apelativo. Por fim, declarou que, enquanto autarca espera ter a oportunidade, se assim for eleito, de continuar a trabalhar pela valorização das pessoas e do território. -----

--- **DA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES:** -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes declarou que, neste mandato, se empenhou, enquanto autarca, para que as gentes do Concelho de Mafra possam ser mais felizes. Registou que muitas das decisões foram tomadas em sintonia perfeita, partilhando objetivos comuns, para as quais muito contribuiu o empenho dos trabalhadores

municipais, que considerou terem sido absolutamente irrepreensíveis. Mais declarou entender que o resultado final foi positivo, augurando um futuro próspero e muito promissor para o Concelho e para os munícipes. -----

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

--- A Câmara Municipal tomou, ainda, conhecimento do ofício da Assembleia Municipal com a referência AM_Saída/2017/39, relativamente às minutas de deliberação tomadas em sessão realizada no dia 7 de setembro de 2017 (anexo V). -----

--- II – ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----

--- 1.1. ATAS: -----

--- Presente a ata n.º 16/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 1 de setembro de 2017. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 16/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 1 de setembro de 2017. O Vereador Elísio Summavielle não votou porque não esteve presente na aludida reunião.-----

--- Presente a ata n.º 17/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 15 de setembro de 2017. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 17/2017, da reunião de Câmara, realizada no dia 15 de setembro de 2017. O Vereador Elísio Summavielle não votou porque não esteve presente na aludida reunião. -----

--- 1.2. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL - INÍCIO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/13667, de 25 de setembro de 2017, elaborada na Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Administração Geral e

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

Assuntos Jurídicos e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos datados de 25 de setembro de 2017 (anexo VI). -----

--- Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, com as alíneas ee e qq) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, todas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento referente à revisão do Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na Internet, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra. -----

--- 1.3. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA LOJA DO CIDADÃO DE MAFRA - INÍCIO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL: -----

--- Presente, em anexo, informação elaborada, em 20 de setembro de 2017, na Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância, exarado na mesma data, pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças (anexo VII). -----

--- Atenta a informação supra mencionada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dar início ao procedimento referente à elaboração do Regulamento de Funcionamento da Loja do Cidadão de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra da Internet, as suas sugestões para a emissão do referido Regulamento, as quais deverão ser formuladas por escrito, até ao

final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra. -----

--- 1.4. CONTRATO DE EMPREITADA PARA A EXECUÇÃO DA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA DO CONCELHO DE MAFRA: RIBEIRO DA VIDIGUEIRA, RIO PEQUENO, RIO DO CUÇO, RIBEIRA DO MUCHALFORRO E RIO DO SOBRAL - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE ABERTURA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/13633, elaborada na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 22 de setembro de 2017, bem como o despacho de abertura do procedimento exarado pelo Presidente da Câmara Municipal, da mesma data (anexo VIII). -----

--- O Vereador Sérgio Santos questionou se está prevista a limpeza da linha de água que passa no centro da Malveira, a qual tem muitos resíduos acumulados, uma vez que, após consulta dos documentos, não se verificou menção a esta linha de água. ----

--- O Presidente esclareceu que a limpeza dessa linha de água já está incluída na empreitada anterior. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35 do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 22 de setembro de 2017, que determinou a título excecional, a abertura de procedimento por concurso público, nos termos da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada de obras públicas para a execução da "Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuço, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral", a aprovação dos projetos, programa de concurso e caderno de encargos, a proposta economicamente mais vantajosa como critério de adjudicação, que a adjudicação será efetuada por lote, podendo cada lote ser adjudicado a um concorrente diferente, o preço base de cada lote: Lote 1: Ribeiro da Vidigueira, € 159.160,00 (cento e cinquenta e nove mil cento e sessenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor; Lote 2: Rio Pequeno, € 100.000,00

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

12

(cento mil euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor; Lote 3: Rio do Cuco, € 227.800,00 (duzentos e vinte e sete mil e oitocentos euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor; Lote 4: Ribeira do Muchalforro, € 76.240,50 (setenta e seis mil duzentos e quarenta euros e cinquenta cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor; Lote 5: Rio do Sobral, € 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor; o prazo máximo de execução da obra, para cada um dos lotes de: Lote 1: prazo máximo de 60 dias; Lote 2: prazo máximo de 40 dias; Lote 3: prazo máximo de 90 dias; Lote 4: prazo máximo de 30 dias; Lote 5: prazo máximo de 80 dias; o fornecimento gratuito das peças procedimentais e a composição do júri para a condução do procedimento proposta na referida informação. -----

--- 1.5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO: MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO 96/2015 - EXTINÇÃO DO LOTE 13 - ESCOLA BÁSICA DA MALVEIRA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2017/13751, elaborada na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos datados de 25 de setembro de 2017, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado na mesma data (anexo IX). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, nos termos conjugados do art.º 311 e seguintes do CCP, com o plasmado no ponto 2.1 do artigo 1.º da Parte II do Caderno de Encargos, do procedimento em apreço, proceder à Modificação Objetiva do Contrato 96/2015 de 23 de julho, nomeadamente pela extinção do lote 13, denominado "Escola Básica da Malveira", face à inexistência de pedidos de transporte de alunos residentes no Jerumelo para a Escola Básica da Malveira. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

SOCIOECONÓMICO: -----

--- **2.1. PROCESSO DE TRANSPORTE ESCOLAR NÃO ENQUADRÁVEL NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ALUNO DA ESCOLA PROFISSIONAL FERNANDO BARROS LEAL – RUNA:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/13739, datada de 25 de setembro de 2017, elaborada na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 26 de setembro corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Fernandes, exarado na mesma data, devidamente instruída com a informação de cabimento n.º 2587 (anexo X). -----

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea gg) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a comparticipação financeira do processo de transporte escolar. -----

--- **2.2. PROCESSO DE TRANSPORTE ESCOLAR NÃO ENQUADRÁVEL NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ALUNA DO ENSINO ARTICULADO DE MÚSICA - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MADEIRA TORRES:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/13762, datada de 25 de setembro de 2017, elaborada na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 25 e 26 de setembro corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Fernandes, exarado a 26 de setembro de 2017, devidamente instruída com a informação de cabimento n.º 2588 (anexo XI). -----

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea gg) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a comparticipação financeira do processo de transporte escolar. -----

--- **AUSÊNCIA DO PRESIDENTE:** -----

--- Nesta altura, ausentou-se da sala onde decorria a reunião o Presidente da Câmara, tendo assumido a presidência o Vice-Presidente, Joaquim Francisco da Silva Sardinha.

ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017

hpa.

--- 2.3. REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA NO ENCONTRO ANUAL DA REDE INTERNACIONAL DE SURF CITIES - ARICA - 2017: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/13850, datada de 26 de setembro de 2017, elaborada na Divisão de Turismo Cultura e Desporto, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 26 de setembro corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Fernandes, exarado na mesma data (anexo XII). -----

--- Considerando a informação em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, que, no encontro anual da Rede Internacional de Surf Cities, que decorrerá no período compreendido entre 11 e 15 de outubro de 2017, na cidade de Arica, no Chile, se faça representar pelo seu Presidente e pela Técnica Superior Ana Vaz, da área do Turismo. Mais deliberou, nos termos do estabelecido na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, convidar um representante do Ericeira Surf Club para participar no evento, suportando as despesas inerentes, para representar o sector do surf como a atividade turística com maior dinâmica de crescimento e também como um promotor para o desenvolvimento local.-

--- PRESENÇA DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- Entrou na sala onde decorria a reunião o Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva. -----

--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: -----**--- 3.1. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA NO SOBREIRO - MAFRA - PROCESSO OP-240/2017: -----**

--- Presente a fls 68, o pedido de isenção das taxas, devidas pela realização da operação urbanística de ampliação e alteração das instalações do parque de campismo, situado no local acima referido, apresentado por Clube de Campismo Estrela - CCE,

sobre o qual foi prestada informação em 2017/09/18 pelo Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos arquivada a fls 86, e proferido despacho pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2017/09/20, a fls 87. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço mencionou que, ao longo dos anos, o Parque de Campismo do Sobreiro tem tido vários problemas, pelo que questionou se estas obras permitem resolvê-los. -----

--- O Presidente elucidou que as obras em causa foram as requeridas pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), de forma a tornar viável o funcionamento daquele parque. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de isenção do pagamento de taxas devidas pela realização da operação urbanística acima referida, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas em vigor no município. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara declarou ter sido um grande privilégio presidir à Câmara Municipal do Concelho onde nasceu e cresceu e que é também a terra dos seus pais e dos seus filhos. Declarou que estes últimos quatro anos se caracterizaram pela intensidade do trabalho, mas também pela partilha, pelo que agradeceu a todos os Vereadores, quer aqueles que assumiram competências delegadas, quer aqueles que, na Oposição, prestaram os seus contributos. Acrescentou que, não obstante as diferenças ideológicas, souberam exercer tais contributos com elevação. Declarou, ainda, estar convicto de que o Concelho que este Executivo deixa para o próximo mandato é diferente daquele que existia há quatro anos: é um território mais aberto ao mundo, onde os munícipes têm orgulho em ser mafrenses. Para tal, muito contribuiu não só o investimento nas infraestruturas, mas também o trabalho orientado para as pessoas, em especial na área social e na educação e também na cultura, sendo que, para o efeito, salienta o empenho dos trabalhadores municipais, que não regatearam esforços para pôr em prática as decisões desta Câmara: alguns dirão que eles não fizeram mais que a sua obrigação; na sua opinião, estes foram além do que era exigido, traduzindo no terreno a eficácia daquele que é o prestador de serviço único no seu território. Solicitou à Senhora Diretora de Departamento, Dra. Ana Viana, que transmita estas palavras de agradecimento aos restantes dirigentes e, consequentemente, aos trabalhadores. -----

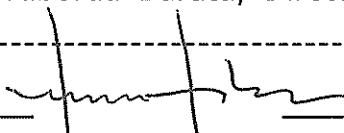
ATA DA REUNIÃO DE 29.09.2017


--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ---

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram onze horas, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----





**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 8 a 20 de setembro de 2017.

Mafra, 25 de setembro de 2017.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
RO	59/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2017/08/31	2017/09/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ANDREIA FILIPA FRANCISCO ALEXANDRE	CONSTRUÇÃO DE MURO RUA DA FEITEIRA, N°8 - RÓLIA
LP	16/2017	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2017/08/31	2017/09/18	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	CONSTRUCOES LADEL LDA	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO LOTE 2 - CASAL QUERIDO - ERICEIRA
OP	314/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/08/28	2017/09/08	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CÁTIA SUSANA DOMINGOS RODRIGUES	DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PAÚL DE CIMA-MAFRA
LP	17/2017	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2017/09/04	2017/09/14	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	DIANA FILIPA DA CUNHA TRINDADE	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - LOTE 2 LOTE 2 - URBANIZAÇÃO CASAL DOS SALGADOS
OP	16/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/08/09	2017/09/12	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DIOGO JOSÉ DE JESUS OLIVEIRA	DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ARRUMOS, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO CAMINHO DAS RIBAS, N.º3 - MONFIRRE
OP	189/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/08/16	2017/09/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DOMINGOS DA SILVA REIS DE MIRANDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR, GARAGENS, ARRUMOS E MUROS RUA DOUTOR ANTÓNIO BENTO FRANCO - ERICEIRA
OP	335/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/07/19	2017/09/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FECO-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL, PISCINA, MUROS E DESTAQUE RUA DOS DESCOBRIMENTOS, N.ºS 10, 12 E 14 E RUA FRANCISCO LOPES FRANCO, N.ºS 35, 37 E 39 - ERICEIRA
LP	15/2017	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2017/09/04	2017/09/14	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	FORMA 04 - PROJECTOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO URBANIZAÇÃO POCINHOS VILLAGE, LOTES 1, 2, 19, 20, 22, 23, 24, 25-ERICEIRA
RO	54/2017	PROJETO DE ARQUITETURA	2017/08/14	2017/09/08	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA DE LURDES PEREIRA SENRA	CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO ESTRADA DA PORTELA-LAGOA-SANTO ISIDORO

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Proposto que o
assunto seja reunido à
Reunião do Orgão Executivo
para consideração.

2017/09/22

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com a presente
Informação.

2017/09/22

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação.
Submetto à consideração Superior.

2017/09/22

A Chefe de Divisão,

(Dulce Lourenço)

DESPACHO**APROVADA**

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal, na
sua reunião realizada em 18/10/2013

22/09/2017

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13723**ASSUNTO:** 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

anexo II



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Procedeu-se à diminuição do Orçamento da Receita no valor de 407.820,00€ (quatrocentos e sete mil oitocentos e vinte euros) das rubricas 10030199 – Transferências de Capital/Administração Central/Estado/Outras e 10030702 – Transferências de Capital/FEDER, decorrente da reprogramação das seguintes empreitadas nos anos de 2017 e 2018:

- Construção da Unidade de Saúde Mafra Norte;
- Parque Ecológico da Venda do Pinheiro;
- Parque Intermodal da Venda do Pinheiro.

Designação	Reforços	Diminuições
Transferências de Capital	0,00	407 820,00
Estado/Outras	0,00	85 260,00
Estado - Participações Comunitárias em Projetos Co-Financiados/FEDER	0,00	322 560,00

A mesma diminuição ocorreu ao nível das despesas de investimento, bem como a transferência desses encargos para o ano de 2018, refletidos na ação PPI 2015/I/9, 2016/I/3 e 2014/I/61.

Verifica-se ainda a necessidade de reforçar as dotações de rubricas que se revelam insuficientes. Pelo exposto, proponho, salvo melhor opinião, o projeto da 9.ª Modificação aos Documentos Previsionais do corrente ano.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços no valor de 1.204.650,00€ (um milhão duzentos e quatro mil seiscientos e cinquenta euros) e diminuições no valor de 1.612.470,00 € (um milhão seiscientos e doze mil quatrocentos e setenta euros), conforme quadro infra:

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Despesas com o Pessoal		45 400,00	44 750,00
Aquisição de Bens e Serviços		80 150,00	133 000,00
Limpeza e Higiene		0,00	8 000,00
Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico - Bens	PAM	0,00	5 000,00
Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico - Serviços	PAM	0,00	5 000,00
Fornecimento de Fruta Escolar	PAM	0,00	7 500,00
Ação Social Escolar	PAM	0,00	5 000,00
Consultoria e Auditoria	PAM	0,00	15 000,00
Vigilância e Segurança	PAM	1 620,00	0,00
Transportes Escolares	PAM	0,00	24 000,00
Apoio ao Cidadão	PAM	0,00	3 500,00
Atividade Física Desportiva	PAM	0,00	3 000,00
Mobiliário Urbano	PAM	0,00	2 000,00
Atividades de Promoção Turística	PAM	0,00	7 000,00
Material de Escritório		0,00	7 000,00
Material de Transporte - Peças		3 000,00	0,00
Material de Educação, Cultura e Recreio		0,00	10 000,00
Outros Bens		14 000,00	0,00
Conservação de Bens		15 000,00	20 000,00
Transportes		530,00	0,00
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		0,00	5 000,00
Outros Trabalhos Especializados		23 000,00	6 000,00
Outros Serviços		23 000,00	0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Juros e Outros Encargos		5 000,00	1 000,00
Juros de Empréstimos M/L Prazo	PAM	0,00	1 000,00
Outros Encargos Financeiros		5 000,00	0,00
Transferências Correntes		20 700,00	13 000,00
Privadas		20 000,00	0,00
Freguesias	PAM	700,00	0,00
Atividades de Enriquecimento Curricular	PAM	0,00	13 000,00
Outras Despesas Correntes		50 000,00	9 500,00
Impostos e Taxas		50 000,00	0,00
Outras Restituições		0,00	6 000,00
Outras Despesas Correntes		0,00	3 500,00
Aquisição de Bens de Capital		1 003 400,00	1 411 220,00
Edifícios Municipais	PPI	75 000,00	0,00
Edifícios Escolares	PPI	20 895,00	0,00
Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	PPI	0,00	424 220,00
Equipamento de Transporte	PPI	2 650,00	0,00
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	PPI	778 170,00	0,00
Construção e Ampliação de Estacionamento	PPI	0,00	690 000,00
Passeios Pedonais	PPI	67 295,00	0,00
Centro Saúde Mafra Norte	PPI	0,00	250 000,00
Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	PPI	0,00	47 000,00
Equipamento Básico	PPI	6 440,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	PPI	6 030,00	0,00
Rede de Coletores em Diversas Localidades	PPI	32 775,00	0,00
Redes de Abastecimento de Água	PPI	14 145,00	0,00
Total		1 204 650,00	1 612 470,00

A diferença entre reforços e diminuições do Orçamento da Despesa no valor de 407.820,00€ (quatrocentos e sete mil oitocentos e vinte euros) encontra-se refletida na diminuição do Orçamento da Receita.



118

8

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

Mafra, 22 de setembro de 2017

Submeto à consideração superior,

A Técnica Superior

Cândida Jacinto

(Cândida Jacinto)

ENTIDADE

MUNICIPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILISTICO DE 2017

DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22

119

Página: 1

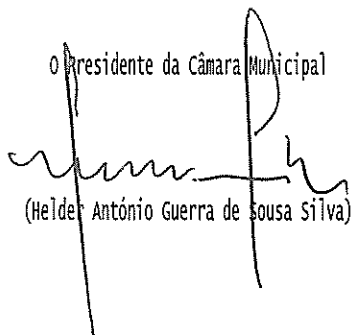
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
100301	Estado					
10030199	Outras	1.734.840,00		85.260,00	1.649.580,00	
100307	Estado-Participações Comunitárias em Projetos					
	Co-Financiados					
10030702	FEDER	1.678.425,00		322.560,00	1.355.865,00	
TOTAL ...		3.413.265,00		407.820,00	3.005.445,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES						
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...		3.413.265,00		407.820,00	3.005.445,00	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS						

APROVADA

Em 2017/09/22

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE NAIRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 9	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NÚMERO 5	DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017	DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO				
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020220	Outros Trabalhos Especializados	661.575,00		14.000,00	647.575,00
	020225	Outros Serviços	86.000,00	2.000,00		88.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	0401	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras				
	040102	Privadas	35.000,00	20.000,00		55.000,00
	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
	040501	Continente				
	04050102	Freguesias	1.538.260,00	700,00		1.538.960,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020301	Outras Restituições	225.360,00		3.500,00	221.860,00
	06020305	Outras				
	0602030599	Outras	10.420,00		3.500,00	6.920,00
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS				
	0301	Juros da Dívida Pública				
	030103	Sociedades Financeiras-Bancos e Outras Instituições Financeiras				
	03010302	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	107.390,00		1.000,00	106.390,00
	0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS				
	030601	Outros Encargos Financeiros	280.000,00	5.000,00		285.000,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS				
0201		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E ASSUNTOS JURÍDICO				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010304	Outras Prestações Familiares	100,00	200,00		300,00
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
	010202	Horas Extraordinárias	100,00	3.000,00		3.100,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 2
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 9 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 5 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22					
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
0203	020104	Limpeza e Higiene	120.000,00		8.000,00	112.000,00	
	020108	Material de Escritório	38.000,00		7.000,00	31.000,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060201	Impostos e Taxas	482.175,00	50.000,00		532.175,00	
	060203	Outras					
	06020301	Outras Restituições	5.000,00		2.500,00	2.500,00	
		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010301	Encargos com a Saúde	292.000,00	7.000,00		299.000,00	
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
	01030503	Outros	2.500,00	700,00		3.200,00	
	010308	Outras Pensões	8.500,00	2.000,00		10.500,00	
03 0301	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020210	Transportes	900,00	530,00		1.430,00	
		DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE					
		DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO					
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020112	Material de Transporte-Peças	7.000,00	3.000,00		10.000,00	
	020121	Outros Bens	131.335,00	5.000,00		136.335,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	320.300,00	15.000,00		335.300,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010301	Instalações de Serviços	322.500,00	75.000,00		397.500,00	
	07010399	Outros	2.680.890,00		297.000,00	2.383.890,00	
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010499	Outros	1.828.000,00		690.000,00	1.138.000,00	
	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE					
07010699	Outro	132.455,00	2.650,00		135.105,00		
070111	Ferramentas e Utensílios	4.000,00	6.030,00		10.030,00		
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS						

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 3
MUNICÍPIO DE NAIRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 9 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 5 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22					
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
0302	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	4.127.140,00	845.465,00		4.972.605,00	
	07030399	Outros	2.129.135,00		424.220,00	1.704.915,00	
	02	DIVISÃO DE PLAN. TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA					
	0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0303	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	59.850,00		5.000,00	54.850,00	
	020225	Outros Serviços	10.000,00		3.500,00	6.500,00	
	02	DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇOS URBANOS E RURAIS					
	0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020208	Locação de Outros Bens	37.910,00		2.000,00	35.910,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	38.950,00	2.440,00		41.390,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
0401	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	153.200,00	32.775,00		185.975,00	
	07030307	Captação e Distribuição de Água	297.385,00	14.145,00		311.530,00	
	01	DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO					
0401	01	DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO					
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	230.000,00	10.000,00		240.000,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010202	Horas Extraordinárias	2.000,00	1.000,00		3.000,00	
	010214	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	7.000,00	1.000,00		8.000,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	13.500,00		5.000,00	8.500,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de Bens	31.980,00		5.000,00	26.980,00	
	020225	Outros Serviços	678.880,00	21.000,00		699.880,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
07011099	Outro	154.595,00	3.000,00		157.595,00		

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 4
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 9	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 5 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
0402		DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010302	Outros Encargos com a Saúde	2.000,00	500,00		2.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
	020121	Outros Bens	16.400,00	9.000,00		25.400,00
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020225	Outros Serviços	52.000,00		5.000,00	47.000,00
	0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE			
01		DESPESAS COM O PESSOAL				
0101		Remunerações Certas e Permanentes				
010104		Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
01010401		Pessoal em Funções	3.129.090,00		44.750,00	3.084.340,00
010113		Subsídio de Refeição	499.560,00	20.000,00		519.560,00
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
0201		AQUISIÇÃO DE BENS				
020105		Alimentação-Refeições Confeccionadas	829.700,00		10.000,00	819.700,00
020120		Material de Educação, Cultura e Recreio	12.210,00		5.000,00	7.210,00
05	020121	Outros Bens	117.220,00		12.500,00	104.720,00
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020203	Conservação de Bens	61.460,00		5.000,00	56.460,00
	020210	Transportes	1.492.055,00		24.000,00	1.468.055,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	19.300,00	23.000,00		42.300,00
	020225	Outros Serviços	898.005,00		5.000,00	893.005,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
	040701	Transferências Correntes	375.050,00		13.000,00	362.050,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
05	0701	INVESTIMENTOS				
	070103	EDIFÍCIOS				
	07010305	Escolas	3.263.215,00	20.895,00		3.284.110,00
		DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL				
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020203	Conservação de Bens	36.460,00		10.000,00	26.460,00

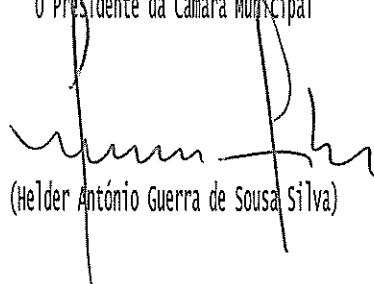
ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 5
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 9 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 5 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2017 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22					
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
	020218	Vigilância e Segurança	262.740,00	1.620,00		264.360,00	
	020220	Outros Trabalhos Especializados	67.500,00		7.000,00	60.500,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	6.300,00	1.000,00		7.300,00	
TOTAL ...			28.431.550,00	1.204.650,00	1.612.470,00	28.023.730,00	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				201.250,00	201.250,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				1.003.400,00	1.411.220,00		

APROVADA

Em 2017/09/22

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal



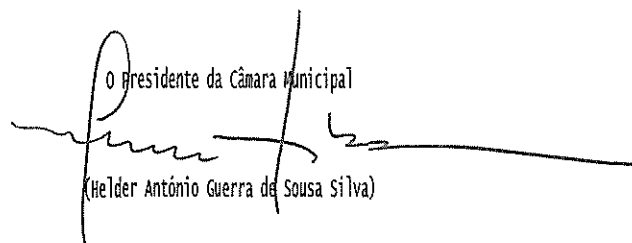
(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS											Pagina : 2			
MUNICIPIO DE MAFRA			Modificação Número: 9 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES											NUMERO 5 DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE			
				INICIO	FIM			ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES				
								TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO							
TRANSPORTE								3.981.990,00	3.811.990,00	170.000,00	15.063.695,00	1.620,00	92.500,00	3.721.110,00			
4.2.	0101	2014 54	Transferências Correntes	0102	04050102	2014/01/01	2017/12/31	4.548.634,16	1.481.210,00	1.481.210,00		700,00		1.481.910,00			
TOTAL ...							9.625.277,01	5.463.200,00	5.293.200,00	170.000,00	15.063.695,00	2.320,00	92.500,00	5.203.020,00			

APROVADA

Em 2017/09/22

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.


 O Presidente da Câmara Municipal
 (Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS										Pagina : 1	
MUNICIPIO DE MAFRA			Modificação Número: 9 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		NUMERO 5 DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
				INICIO	FIM			ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
								TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
1.		Funções gerais												
1.1.		Serviços gerais da administração pública												
1.1.1.		Administração geral												
1.1.1.1.	06	2014 65 Consultoria e Auditoria	0102 020220	2014/01/01	2020/12/31		81.056,99	64.500,00	64.500,00		235.500,00		49.500,00	
1.1.1.1.	01	2017 1 Vigilância e Segurança	05 020218	2017/01/01	2020/12/31			262.740,00	262.740,00		848.220,00	1.620,00	264.360,00	
2.		Funções sociais												
2.1.		Educação												
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino												
2.1.2.1.	02	2014 9 Transportes Escolares	0403 020210	2014/01/01	2020/12/31		3.545.031,55	1.542.105,00	1.372.105,00	170.000,00	4.650.000,00		1.348.105,00	
2.1.2.2.	03	2014 10 Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	0403 020105	2014/01/01	2020/12/31		4.272.709,97	817.650,00	817.650,00		5.197.950,00		812.650,00	
2.1.2.3.	03	2014 10 Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	0403 020225					678.000,00	678.000,00				673.000,00	
2.1.2.4.	05	2014 12 Fornecimento de Fruta Escolar	0403 020121	2014/01/01	2020/12/31		71.174,11	38.840,00	38.840,00		117.000,00		31.340,00	
2.1.2.5.	08	2014 15 Atividades de Enriquecimento Curricular	0403 040701	2014/01/01	2020/12/31		1.091.015,26	375.000,00	375.000,00		1.125.000,00		362.000,00	
2.1.2.6.	01	2017 2 Ação Social Escolar	0403 020121	2017/01/01	2020/12/31			13.000,00	13.000,00		39.000,00		8.000,00	
2.3.		Segurança e Ação Social												
2.3.2.		Ação social												
2.3.2.1.	01	2015 Medidas de Apoio Social												
2.3.2.2.	0101	2015 2 Apoio ao Cidadão	0402 020225	2015/01/01	2018/12/31		105.818,08	15.000,00	15.000,00		28.000,00		10.000,00	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos												
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer												
2.5.2.1.	03	2014 Atividades												
2.5.2.2.	0302	2014 40 Atividade Física Desportiva	0401 020225	2014/01/01	2020/12/31		67.346,18	5.615,00	5.615,00		66.660,00		2.615,00	
3.		Funções económicas												
3.3.		Transportes e comunicações												
3.3.1.		Transportes rodoviários												
3.3.1.1.	03	2014 49 Mobiliário Urbano	0303 020208	2014/01/01	2023/12/31		59.040,00	22.150,00	22.150,00		118.080,00		20.150,00	
3.4.		Comércio e turismo												
3.4.2.		Turismo												
3.4.2.1.	03	2014 50 Atividades de Promoção Turística	0401 020225	2014/01/01	2017/12/31		274.239,09	40.000,00	40.000,00			7.000,00	33.000,00	
4.		Outras funções												
4.1.		Operações da dívida autárquica												
4.1.1.	01	2014 Empréstimos Bancários												
4.1.1.	0103	2014 52 Juros de empréstimos m/l prazo	0103 03010302	2014/01/01	2032/12/31		57.845,78	107.390,00	107.390,00		2.638.285,00		106.390,00	
4.2.		Transferências entre administrações												
4.2.1.	01	2014 Protocolos com as Juntas de Freguesia												

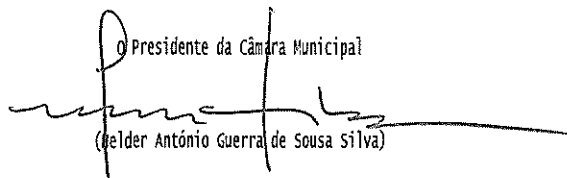
ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS											Página : 2	
MUNICÍPIO DE MAFRA			MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NÚMERO 5 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22								
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ORGÂNICA	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
					INÍCIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
									TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO				
TRANSPORTE									11.401.730,00	8.910.915,00	2.490.815,00	20.900.015,00	585.360,00	1.087.000,00	8.409.275,00
2.5.2. 2.5.2. 3. 3.3. 3.3.1. 3.3.1. 3.3.1.	02 0202 01 0101	2014 2014 54 2014 2014 59													
		Desporto, recreio e lazer													
		Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
		Equipamento Básico	0401	07011099	2014/01/01	2017/12/31	0	209.378,50	98.080,00	45.580,00	52.500,00		3.000,00		48.580,00
		Funções económicas													
		Transportes e comunicações													
		Transportes rodoviários													
		Construção, Reparação e Beneficiação													
		Viadutos, Arrumamentos e Obras Complementares	0301	07030301	2014/01/01	2017/12/31	4	10.921.807,32	3.557.055,00	3.557.055,00		778.170,00			4.335.225,00
		Construção e Ampliação de Estacionamentos	0301	07010499	2014/01/01	2017/12/31	0	4.617,36	980.000,00	930.000,00	50.000,00	1.510.000,00		690.000,00	240.000,00
		Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
		Equipamento de Transporte	0301	07010699	2014/01/01	2018/12/31	0	185.106,11	311.000,00	132.455,00	178.545,00	60.000,00	2.650,00		135.105,00
TOTAL ...								20.665.453,58	16.347.865,00	13.576.005,00	2.771.860,00	22.470.015,00	1.369.180,00	1.777.000,00	13.168.185,00

APROVADA

Em 2017/09/22

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal


(Gêlder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS												Página : 1	
MUNICÍPIO DE MAFRA			MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NÚMERO 5 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22									
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE		
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO	
TRANSPORTE																
1.		Funções gerais														
1.1.		Serviços gerais da administração pública														
1.1.1.		Administração geral														
1.1.1.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação	0301	07010301	2014/01/01	2019/12/31	0	4.482.816,55	322.500,00	322.500,00		10.215.000,00	75.000,00	397.500,00		
1.1.1.1.	0101	Edifícios Municipais														
1.2.		Segurança e Ordem Públicas														
1.2.1.		Proteção civil e luta contra incêndios														
1.2.1.1.	01	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento														
1.2.1.1.	0102	Equipamento Básico	05	07011099	2014/01/01	2018/12/31	0	107.602,23	5.300,00	5.300,00		120.000,00	1.000,00	6.300,00		
2.		Funções sociais														
2.1.		Educação														
2.1.1.		Ensino não superior														
2.1.1.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação														
2.1.1.1.	0101	Edifícios Escolares	0403	07010305	2014/01/01	2018/12/31	3	1.090.888,58	4.463.215,00	3.263.215,00	1.200.000,00	2.500.000,00	20.895,00	3.284.110,00		
2.2.		Saúde														
2.2.1.		Serviços individuais de saúde														
2.2.1.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação														
2.2.1.1.	0101	Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	0301	07010399	2015/01/01	2018/12/31	2	508.366,60	1.430.300,00	1.430.300,00		100.000,00		1.383.300,00		
2.2.1.1.	0102	Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	0301	07010399	2015/01/01	2018/12/31	0	73.678,23	761.020,00	761.020,00		2.211.015,00		511.020,00		
2.4.		Habituação e serviços coletivos														
2.4.2.		Ordenamento do território														
2.4.2.1.	01	Construção e Requalificação														
2.4.2.1.	0101	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	0301	07030399	2014/01/01	2018/12/31	3	1.542.541,34	993.000,00	843.000,00	150.000,00	700.000,00	365.780,00	1.208.780,00		
2.4.2.1.	0105	Passeios Pedonais	0301	07030301	2014/01/01	2017/12/31	3	550.260,31	1.378.900,00	570.085,00	808.815,00		67.295,00	637.380,00		
2.4.2.1.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento														
2.4.2.1.	0203	Ferramentas e Utensílios	0301	070111	2014/01/01	2017/12/31	0	3.891,55	4.000,00	4.000,00			6.030,00	10.030,00		
2.4.2.1.	01	Construção e Requalificação														
2.4.2.1.	0101	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	0301	07030399	2016/04/21	2018/12/31		81.819,60	1.225.000,00	1.225.000,00		890.000,00		435.000,00		
2.4.3.		Saneamento														
2.4.3.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação														
2.4.3.1.	0101	Rede de Coletores em Diversas Localidades	0303	07030302	2014/01/01	2017/12/31	0	243.736,27	151.200,00	151.200,00			32.775,00	183.975,00		
2.4.4.		Abastecimento de Água														
2.4.4.1.	01	Construção e Beneficiação														
2.4.4.1.	0101	Redes de Abastecimento de Água	0303	07030307	2014/01/01	2019/12/31	0	594.405,57	629.385,00	297.385,00	332.000,00	4.164.000,00	14.145,00	311.530,00		
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature														
2.4.6.1.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento														
2.4.6.1.	0202	Equipamento Básico	0303	07011099	2014/01/01	2017/12/31	0	64.537,46	37.910,00	37.910,00			2.440,00	40.350,00		
2.5.		Servicos culturais, recreativos e religiosos														

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO															PÁGINA : 2	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILÍSTICO 2017															DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARTIAÇÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARTIAÇÃO PARA ANOS SEQUINTES				DOTAÇÃO SEQUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / AVULAÇÕES		2018	2019	2020	SEQUINTES	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
				TRANSPORTE	14.742.295,24	7.212.850,00	1.370.000,00	8.582.850,00	98.515,00	74.500,00						7.236.865,00	1.370.000,00	8.606.865,00
2.2.1.	0101	2015 I 2	Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	DUOMA	0301 07010399	508.366,60	1.430.300,00	1.430.300,00		47.000,00						1.383.300,00		1.383.300,00
2.2.1.	0102	2015 I 9	Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	DUOMA	0301 07010399	73.678,23	761.020,00	761.020,00		250.000,00		850.000,00				511.020,00		511.020,00
2.3.			Segurança e Ação Social															
2.3.2.			Ação social															
2.3.2.	01	2015	Medidas de Apoio Social															
2.3.2.	0101	2015 A 2	Apoio ao Cidadão	DOSE		105.818,08												
2.3.2.	0101	2015 A 2		0402 020225			15.000,00	15.000,00		5.000,00						10.000,00		10.000,00
2.4.			Habituação e serviços coletivos															
2.4.2.			Ordenamento do território															
2.4.2.	01	2014	Construção e Requalificação															
2.4.2.	0101	2014 I 22	Requalificação de Diversos	DUOMA	0301 07030399	1.542.541,34	843.000,00	150.000,00	993.000,00	365.780,00						1.208.780,00	150.000,00	1.358.780,00
2.4.2.			Espaços Urbanos															
2.4.2.	0105	2014 I 26	Passeios Pedonais	DUOMA	0301 07030301	550.260,31	570.085,00	808.815,00	1.378.900,00	67.295,00						637.330,00	808.815,00	1.446.195,00
2.4.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento															
2.4.2.	0203	2014 I 29	Ferramentas e Utensílios	DUOMA	0301 070111	3.891,55	4.000,00	4.000,00	6.030,00							10.030,00		10.030,00
2.4.2.	01	2016	Construção e Requalificação															
2.4.2.	0101	2016 I 3	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	DUOMA	0301 07030399	81.819,60	1.225.000,00	1.225.000,00		790.000,00		790.000,00				435.000,00		435.000,00
2.4.3.			Saneamento															
2.4.3.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação															
2.4.3.	0101	2014 I 32	Rede de Coletores em Diversas Localidades	DAEUR	0303 07030302	243.736,27	151.200,00	151.200,00	32.775,00							183.975,00		183.975,00
2.4.4.			Abastecimento de Água															
2.4.4.	01	2014	Construção e Beneficiação															
2.4.4.	0101	2014 I 36	Redes de Abastecimento de Água	DUOMA	0303 07030307	594.405,57	297.385,00	332.000,00	629.385,00	14.145,00						311.530,00	332.000,00	643.530,00
2.4.6.			Proteção do meio ambiente e conservação da nature															
2.4.6.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento															
2.4.6.	0202	2014 I 42	Equipamento Básico	DUOMA	0303 07011099	64.537,46	37.910,00	37.910,00	2.440,00							40.350,00		40.350,00

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO															PÁGINA : 4	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILISTICO 2017															DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2018	2019	2020	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
				TRANSPORTE	30.290.730,59	17.387.995,00	2.941.860,00	20.329.855,00	1.370.800,00	1.869.500,00		2.330.000,00				16.889.235,00	2.941.860,00	19.831.155,00
4.2.	0101	2014 A 54	Transferências Correntes	CM	0102 04050102	4.548.634,16	1.481.210,00	1.481.210,00	700,00							1.481.910,00		1.481.910,00
				TOTAL ...	34.839.364,75	18.869.205,00	2.941.860,00	21.811.065,00	1.371.500,00	1.869.500,00		2.330.000,00				18.371.235,00	2.941.860,00	21.313.065,00

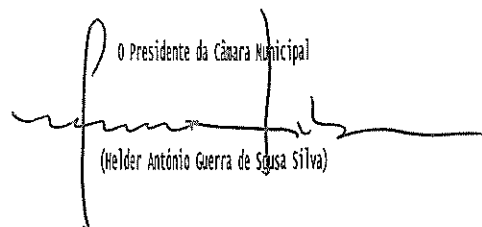
APROVADA

Em 2017/09/22

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO															PÁGINA : 3	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9		DO ANO CONTABILISTICO 2017		DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22												
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2018	2019	2020	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
				TRANSPORTE	18.511.350,25	12.547.750,00	2.660.815,00	15.208.565,00	586.980,00	1.166.500,00		1.640.000,00				11.968.230,00	2.660.815,00	14.629.045,00
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos																
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer																
2.5.2.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento																
2.5.2.	0202	Equipamento Básico	DTCD	0401 07011099	209.378,50	45.580,00	52.500,00	98.080,00	3.000,00							48.580,00	52.500,00	101.080,00
2.5.2.	03	Atividades																
2.5.2.	0302	Atividade Física Desportiva	DTCD	0401 020225	67.346,18	5.615,00		5.615,00		3.000,00						2.615,00		2.615,00
3.		Funções económicas																
3.3.		Transportes e comunicações																
3.3.1.		Transportes rodoviários																
3.3.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação																
3.3.1.	0101	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	DUOMA	0301 07030301	10.921.807,32	3.557.055,00		3.557.055,00	778.170,00							4.335.225,00		4.335.225,00
3.3.1.	0103	Construção e Ampliação de Estacionamentos	DUOMA	0301 07010499	4.617,36	930.000,00	50.000,00	980.000,00		690.000,00		690.000,00				240.000,00	50.000,00	290.000,00
3.3.1.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento																
3.3.1.	0203	Equipamento de Transporte	DUOMA		185.106,11		178.545,00	178.545,00									178.545,00	178.545,00
3.3.1.	0203			0301 07010699		132.455,00		132.455,00	2.650,00							135.105,00		135.105,00
3.3.1.	03	Mobiliário Urbano	CM	0303 020208	59.040,00	22.150,00		22.150,00		2.000,00						20.150,00		20.150,00
3.4.		Comércio e turismo																
3.4.2.		Turismo																
3.4.2.	03	Atividades de Promoção Turística	DTCD	0401 020225	274.239,09	40.000,00		40.000,00		7.000,00						33.000,00		33.000,00
4.		Outras funções																
4.1.		Operações da dívida autárquica																
4.1.	01	Empréstimos Bancários																
4.1.	0103	Juros de empréstimos m/l prazo	CM	0103 03010302	57.845,78	107.390,00		107.390,00		1.000,00						106.390,00		106.390,00
4.2.		Transferências entre administrações																
4.2.	01	Protocolos com as Juntas de Freguesia																

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 1	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 5 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 5 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22																			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)							DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE			SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE				
					TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019		2020	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE
1.		Funções gerais			655.040,00	655.040,00		11418720,00	62.620,00						717.660,00	717.660,00		8.696.240,00	2361240,00	361.240,00	
1.1.		Serviços gerais da administração pública			649.740,00	649.740,00		11298720,00	61.620,00						711.360,00	711.360,00		8.576.240,00	2361240,00	361.240,00	
1.1.1.		Administração geral			649.740,00	649.740,00		11298720,00	61.620,00						711.360,00	711.360,00		8.576.240,00	2361240,00	361.240,00	
1.1.1. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			322.500,00	322.500,00		10215000,00	75.000,00						397.500,00	397.500,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1. 0101	2014 I 1	Edifícios Municipais	DUOMA	0301 07010301	322.500,00	322.500,00		10215000,00	75.000,00						397.500,00	397.500,00		8.215.000,00	2000000,00		
1.1.1. 06	2014 A 65	Consultoria e Auditoria	CM	0102 020220	64.500,00	64.500,00		235.500,00	-15.000,00						49.500,00	49.500,00		78.500,00	78.500,00	78.500,00	
1.1.1. 01	2017 A 1	Vigilância e Segurança	DSPC	05 020218	262.740,00	262.740,00		848.220,00	1.620,00						264.360,00	264.360,00		282.740,00	282.740,00	282.740,00	
1.2.		Segurança e Ordem Públicas			5.300,00	5.300,00		120.000,00	1.000,00						6.300,00	6.300,00		120.000,00			
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios			5.300,00	5.300,00		120.000,00	1.000,00						6.300,00	6.300,00		120.000,00			
1.2.1. 01	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento			5.300,00	5.300,00		120.000,00	1.000,00						6.300,00	6.300,00		120.000,00			
1.2.1. 0102	2014 I 10	Equipamento Básico	DSPC	05 07011099	5.300,00	5.300,00		120.000,00	1.000,00						6.300,00	6.300,00		120.000,00			
2.		Funções sociais			14742220,00	12028905,00	2.713.315,00	20148625,00	-642.140,00		1640000,00				14100080,00	11386765,00	2.713.315,00	11520885,00	6535870,00	3731870,00	
2.1.		Educação			7.927.810,00	6.557.810,00	1.370.000,00	13628950,00	-38.605,00						7.889.205,00	6.519.205,00	1.370.000,00	6.209.650,00	3709650,00	3709650,00	
2.1.1.		Ensino não superior			4.463.215,00	3.263.215,00	1.200.000,00	2.500.000,00	20.895,00						4.484.110,00	3.284.110,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1. 01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação			4.463.215,00	3.263.215,00	1.200.000,00	2.500.000,00	20.895,00						4.484.110,00	3.284.110,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1. 0101	2014 I 14	Edifícios Escolares	DUOMA	0403 07010305	4.463.215,00	3.263.215,00	1.200.000,00	2.500.000,00	20.895,00						4.484.110,00	3.284.110,00	1.200.000,00	2.500.000,00			
2.1.1. 02	2014 A 9	Serviços auxiliares de ensino	DEJ	0403 020210	3.464.595,00	3.294.595,00	170.000,00	11128950,00	-59.500,00						3.405.095,00	3.235.095,00	170.000,00	3.709.650,00	3709650,00	3709650,00	
2.1.1. 03	2014 A 10	Transportes Escolares	DEJ	0403 020210	1.542.105,00	1.372.105,00	170.000,00	4.650.000,00	-24.000,00						1.518.105,00	1.348.105,00	170.000,00	1.550.000,00	1550000,00	1550000,00	
2.1.1. 03	2014 A 10	Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	DEJ		1.495.650,00			5.197.950,00							1.485.650,00			1.732.650,00	1732650,00	1732650,00	
2.1.1. 03	2014 A 10			0403 020105		817.650,00			-5.000,00							812.650,00					
2.1.1. 03	2014 A 10			0403 020225		678.000,00			-5.000,00							673.000,00					
2.1.1. 05	2014 A 12	Fornecimento de Fruta Escolar	DEJ	0403 020121	38.840,00	38.840,00		117.000,00	-7.500,00						31.340,00	31.340,00		39.000,00	39.000,00	39.000,00	
2.1.1. 08	2014 A 15	Atividades de Enriquecimento Curricular	DEJ	0403 040701	375.000,00	375.000,00		1.125.000,00	-13.000,00						362.000,00	362.000,00		375.000,00	375.000,00	375.000,00	
2.1.1. 01	2017 A 2	Ação Social Escolar	DS	0403 020121	13.000,00	13.000,00		39.000,00	-5.000,00						8.000,00	8.000,00		13.000,00	13.000,00	13.000,00	
2.2.		Saúde			2.191.320,00	2.191.320,00		1.461.015,00	-297.000,00						1.894.320,00	1.894.320,00		2.311.015,00			
2.2.1.		Serviços individuais de saúde			2.191.320,00	2.191.320,00		1.461.015,00	-297.000,00						1.894.320,00	1.894.320,00		2.311.015,00			
2.2.1. 01	2015	Construção, Reparação e Beneficiação			2.191.320,00	2.191.320,00		1.461.015,00	-297.000,00						1.894.320,00	1.894.320,00		2.311.015,00			

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																			PÁGINA : 2	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 5 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 5 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22																				
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)							DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEQUINTES	ANO EM CURSO				ANOS SEQUINTES			ANO EM CURSO			ANOS SEQUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEQUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEQUINTES	
				TRANSPORTE	8.582.850,00	7.212.850,00	1.370.000,00	25047670,00	24.015,00							8.606.865,00	7.236.865,00	1.370.000,00	14905890,00	6070890,00	4070890,00	
2.2.1.	0101	2015 I 2	Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	DUOMA	0301	07010399	1.430.300,00	1.430.300,00	100.000,00	-47.000,00						1.383.300,00	1.383.300,00		100.000,00			
2.2.1.	0102	2015 I 9	Centro Saúde Mafra - Mafra Norte	DUOMA	0301	07010399	761.020,00	761.020,00	1.361.015,00	-250.000,00		850.000,00				511.020,00	511.020,00		2.211.015,00			
2.3.			Segurança e Ação Social				100.000,00	100.000,00	28.000,00	-5.000,00						95.000,00	95.000,00		28.000,00			
2.3.2.			Ação social				100.000,00	100.000,00	28.000,00	-5.000,00						95.000,00	95.000,00		28.000,00			
2.3.2.	01	2015	Medidas de Apoio Social				100.000,00	100.000,00	28.000,00	-5.000,00						95.000,00	95.000,00		28.000,00			
2.3.2.	0101	2015 A 2	Apoio ao Cidadão	DDSE			100.000,00		28.000,00							95.000,00			28.000,00			
2.3.2.	0101	2015 A 2			0402	020225		15.000,00		-5.000,00							10.000,00					
2.3.2.	0101	2015 A 2			0402	040802		85.000,00									85.000,00					
2.4.			Habituação e serviços coletivos				4.419.395,00	3.128.580,00	1.290.815,00	4.964.000,00	-301.535,00		790.000,00			4.117.860,00	2.827.045,00	1.290.815,00	2.950.000,00	2804000,00		
2.4.2.			Ordenamento do território				3.600.900,00	2.642.085,00	958.815,00	800.000,00	-350.895,00		790.000,00			3.250.005,00	2.291.190,00	958.815,00	1.590.000,00			
2.4.2.	01	2014	Construção e Requalificação				2.371.900,00	1.413.085,00	958.815,00	700.000,00	433.075,00					2.804.975,00	1.846.160,00	958.815,00	700.000,00			
2.4.2.	0101	2014 I 22	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	DUOMA	0301	07030399	993.000,00	843.000,00	150.000,00	700.000,00	365.780,00					1.358.780,00	1.208.780,00	150.000,00	700.000,00			
2.4.2.	0105	2014 I 26	Passeios Pedonais	DUOMA	0301	07030301	1.378.900,00	570.085,00	808.815,00		67.295,00					1.446.195,00	637.380,00	808.815,00				
2.4.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento				4.000,00	4.000,00			6.030,00					10.030,00	10.030,00					
2.4.2.	0203	2014 I 29	Ferramentas e Utensílios	DUOMA	0301	070111	4.000,00	4.000,00			6.030,00					10.030,00	10.030,00					
2.4.2.	01	2016	Construção e Requalificação				1.225.000,00	1.225.000,00	100.000,00	-790.000,00		790.000,00				435.000,00	435.000,00		890.000,00			
2.4.2.	0101	2016 I 3	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	DUOMA	0301	07030399	1.225.000,00	1.225.000,00	100.000,00	-790.000,00		790.000,00				435.000,00	435.000,00		890.000,00			
2.4.3.			Saneamento				151.200,00	151.200,00			32.775,00					183.975,00	183.975,00					
2.4.3.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação				151.200,00	151.200,00			32.775,00					183.975,00	183.975,00					
2.4.3.	0101	2014 I 32	Rede de Coletores em Diversas Localidades	DAEUR	0303	07030302	151.200,00	151.200,00			32.775,00					183.975,00	183.975,00					
2.4.4.			Abastecimento de Água				629.385,00	297.385,00	332.000,00	4.164.000,00	14.145,00					643.530,00	311.530,00	332.000,00	1.360.000,00	2804000,00		
2.4.4.	01	2014	Construção e Beneficiação				629.385,00	297.385,00	332.000,00	4.164.000,00	14.145,00					643.530,00	311.530,00	332.000,00	1.360.000,00	2804000,00		
2.4.4.	0101	2014 I 36	Redes de Abastecimento de Água	DUOMA	0303	07030307	629.385,00	297.385,00	332.000,00	4.164.000,00	14.145,00					643.530,00	311.530,00	332.000,00	1.360.000,00	2804000,00		
2.4.6.			Proteção do meio ambiente e conservação da nature				37.910,00	37.910,00			2.440,00					40.350,00	40.350,00					
2.4.6.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento				37.910,00	37.910,00			2.440,00					40.350,00	40.350,00					

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 4		
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 5 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 5 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22																				
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)							DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTES					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTES			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				TRANSPORTE	20414865,00	17473005,00	2.941.860,00	35203710,00	-498.700,00		2330000,00					19916165,00	16974305,00	2.941.860,00	22129990,00	9235480,00	4410980,00	1.757.260,00
4.2.	01	2014		Protocolos com as Juntas de Freguesia	1.481.210,00	1.481.210,00			700,00							1.481.910,00	1.481.910,00					
4.2.	0101	2014 A 54	CM	Transferências Correntes	1.481.210,00	1.481.210,00			700,00							1.481.910,00	1.481.910,00					
TOTAL ...					21896075,00	18954215,00	2.941.860,00	35203710,00	-498.000,00		2330000,00					21398075,00	18456215,00	2.941.860,00	22129990,00	9235480,00	4410980,00	1.757.260,00

APROVADA

Em 2017/09/22

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

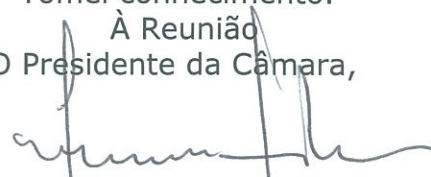
(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 3		
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 9 DO ANO CONTABILISTICO: 2017 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 5 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 5 DATA DE APROVAÇÃO 2017/09/22																				
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)							DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO				ANOS SEGUINTE			ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2018	2019	2020	SEGUINTE	
				TRANSPORTE	15255655,00	12594840,00	2.660.815,00	31500685,00	-581.960,00		1640000,00				14673695,00	12012880,00	2.660.815,00	20194905,00	8874890,00	4070890,00		
2.4.6.	0202	2014 I 42	Equipamento Básico	DUOMA	0303	07011099	37.910,00	37.910,00		2.440,00					40.350,00	40.350,00						
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				103.695,00	51.195,00	52.500,00	66.660,00					103.695,00	51.195,00	52.500,00	22.220,00	22.220,00	22.220,00		
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				103.695,00	51.195,00	52.500,00	66.660,00					103.695,00	51.195,00	52.500,00	22.220,00	22.220,00	22.220,00		
2.5.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento				98.080,00	45.580,00	52.500,00		3.000,00				101.080,00	48.580,00	52.500,00					
2.5.2.	0202	2014 I 54	Equipamento Básico	DTCO	0401	07011099	98.080,00	45.580,00	52.500,00		3.000,00				101.080,00	48.580,00	52.500,00					
2.5.2.	03	2014	Atividades				5.615,00	5.615,00		66.660,00	-3.000,00				2.615,00	2.615,00		22.220,00	22.220,00	22.220,00		
2.5.2.	0302	2014 A 40	Atividade Física Desportiva	DTCO	0401	020225	5.615,00	5.615,00		66.660,00	-3.000,00				2.615,00	2.615,00		22.220,00	22.220,00	22.220,00		
3.			Funções económicas				4.910.215,00	4.681.670,00	228.545,00	998.080,00	81.820,00	690.000,00			4.992.035,00	4.763.490,00	228.545,00	1.589.680,00	19.680,00	19.680,00	59.040,00	
3.3.			Transportes e comunicações				4.870.215,00	4.641.670,00	228.545,00	998.080,00	88.820,00	690.000,00			4.959.035,00	4.730.490,00	228.545,00	1.589.680,00	19.680,00	19.680,00	59.040,00	
3.3.1.			Transportes rodoviários				4.870.215,00	4.641.670,00	228.545,00	998.080,00	88.820,00	690.000,00			4.959.035,00	4.730.490,00	228.545,00	1.589.680,00	19.680,00	19.680,00	59.040,00	
3.3.1.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficição				4.537.055,00	4.487.055,00	50.000,00	820.000,00	88.170,00	690.000,00			4.625.225,00	4.575.225,00	50.000,00	1.510.000,00				
3.3.1.	0101	2014 I 59	Viadutos, Arrumamentos e Obras Complementares	DUOMA	0301	07030301	3.557.055,00	3.557.055,00			778.170,00				4.335.225,00	4.335.225,00						
3.3.1.	0103	2014 I 61	Construção e Ampliação de Estacionamentos	DUOMA	0301	07010499	980.000,00	930.000,00	50.000,00	820.000,00	-690.000,00	690.000,00			290.000,00	240.000,00	50.000,00	1.510.000,00				
3.3.1.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento				311.010,00	132.465,00	178.545,00	60.000,00	2.650,00				313.660,00	135.115,00	178.545,00	60.000,00				
3.3.1.	0203	2014 I 63	Equipamento de Transporte	DUOMA			311.010,00		178.545,00	60.000,00					313.660,00		178.545,00	60.000,00				
3.3.1.	0203	2014 I 63			0301	07010699		132.455,00			2.650,00					135.105,00						
3.3.1.	0203	2014 I 63			0301	07010601		10,00								10,00						
3.3.1.	03	2014 A 49	Mobiliário Urbano	CH	0303	020208	22.150,00	22.150,00		118.080,00	-2.000,00				20.150,00	20.150,00		19.680,00	19.680,00	19.680,00	59.040,00	
3.4.			Comércio e turismo				40.000,00	40.000,00			-7.000,00				33.000,00	33.000,00						
3.4.2.			Turismo				40.000,00	40.000,00			-7.000,00				33.000,00	33.000,00						
3.4.2.	03	2014 A 50	Atividades de Promoção Turística	DTCO	0401	020225	40.000,00	40.000,00			-7.000,00				33.000,00	33.000,00						
4.			Outras funções				1.588.600,00	1.588.600,00		2.638.285,00	-300,00				1.588.300,00	1.588.300,00		323.185,00	318.690,00	298.190,00	1.698.220,00	
4.1.			Operações da dívida autárquica				107.390,00	107.390,00		2.638.285,00	-1.000,00				106.390,00	106.390,00		323.185,00	318.690,00	298.190,00	1.698.220,00	
4.1.	01	2014	Empréstimos Bancários				107.390,00	107.390,00		2.638.285,00	-1.000,00				106.390,00	106.390,00		323.185,00	318.690,00	298.190,00	1.698.220,00	
4.1.	0103	2014 A 52	Juros de empréstimos n/l prazo	CH	0103	03010302	107.390,00	107.390,00		2.638.285,00	-1.000,00				106.390,00	106.390,00		323.185,00	318.690,00	298.190,00	1.698.220,00	
4.2.			Transferências entre administrações				1.481.210,00	1.481.210,00			700,00				1.481.910,00	1.481.910,00						



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Licenciamentos Diversos

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,


26/09/17

INFORMAÇÃO

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21/10/2013 e 79/2013-PCM de 02/12/2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 15, 21 e 22 de setembro de 2017 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença de recinto improvisado	4
Licença de recinto itinerante	1
Licença especial de ruído	4
Licença para divertimento público	1
Licença de recinto de diversão provisória	1
Autorização para lançamento de fogo	2

Mafra, 25 de setembro de 2017

O Vereador,



(Hugo Moreira Luís)

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

15/09/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	CLUBE DE FUTEBOL DE JERUMELO	98,18 €	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	CLUBE DE FUTEBOL DE JERUMELO	ISENTO	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CLUBE DE FUTEBOL DE JERUMELO	ISENTO	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	98,18 €	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	ISENTO	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA DE RECINTO ITINERANTE	COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	ISENTO	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	ISENTO	DEFERIDO
15/09/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	ISENTO	DEFERIDO
15/09/2017	AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO	COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	ISENTO	DEFERIDO
21/09/2017	LICENÇA DE RECINTO DE DIVERSÃO PROVISÓRIA	CLUBE DESPORTIVO POVOENSE	ISENTO	DEFERIDO
21/09/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CLUBE DESPORTIVO POVOENSE	ISENTO	DEFERIDO
21/09/2017	AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO	CLUBE DESPORTIVO POVOENSE	ISENTO	DEFERIDO
22/09/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ANTÓNIO MANUEL PONTES DE JESUS JORGE	139,33 €	DEFERIDO

Termino hoje a minha tarefa de participação como vereador da CDU nas reuniões desta Câmara. Nesta função, para mim não desconhecida, naturalmente tive que fazer comparações com o que vivi em muitas outras situações idênticas. Do balanço dos aspetos positivos e negativos, ressalta a avaliação que fiz logo nos primeiros dias desta minha presença aqui e que, com exceção de raros casos, me chocou o escasso trabalho coletivo, a ausência de informação, a pouca importância ou até o afastamento da participação dos membros deste órgão na discussão de assuntos realmente importantes para a vida das populações deste belo concelho, para a vida de muitas pessoas como verifiquei na minha convivência coletiva e participada quando aqui trabalhei vários anos e, em especial durante o ano que fui vereador desta Câmara.

Desde há muitos anos que me habituei a trabalhar inserido em coletivos democráticos e participativos, onde cada um é um componente de um grupo que é muito mais que a soma de cada pessoa individualmente. Mesmo em tempos de grande dificuldade, como os negros tempos do salazarismo, lutei e defendi ideais e projetos sempre integrado em coletivos, tanto quanto possível participados por todos quantos eram movidos pelo interesse comum de melhorar a vida dos trabalhadores e populações. Hoje, a mais de quarenta e três anos de conquistada a liberdade democrática, terminada mais esta etapa, mais uma vez integrado num coletivo que têm por dever defender os interesses das populações que nos elegeram, quem em nós confiam para que o façamos, sinto como estamos longe de exercer a democracia substantiva, a que se define do povo e para o povo, e que nos confinamos a uma democracia formal, não participada e muito menos participativa.

Recordo os ideais que mobilizaram multidões, que permitiram o derrube do fascismo e, quando criadas as condições, se deu a Revolução do 25 de Abril. Recordo o que vivemos no indescritível entusiasmo de Abril de 1974 e, em particular, com a substituição das autarquias fascistas por um verdadeiro poder popular em que todos participavam motivados na construção de uma sociedade melhor e na resolução dos problemas das pessoas mais carenciadas.

Fui eleito vereador da Câmara Municipal de Loures nas primeiras eleições após o 25 de Abril, em 1976. Estava já em marcha uma política de direita apostada em travar a dinâmica de participação das populações. As autarquias, face à legislação aprovada, foram muito penalizadas. Tivemos que enfrentar os gigantescos problemas da transformação de um concelho enorme, o segundo mais populoso do país, mas onde viviam centenas de milhar de pessoas em condições de muito precária dignidade, sem água canalizada, sem eletricidade, sem estradas e caminhos pavimentados, com os esgotos a correr pelas ruas, sem transportes, sem escolas, enfim, sem o mínimo de condições de vida pois, por ser um concelho periférico da capital, como o de Mafra, era um concelho dormitório

dos trabalhadores que diariamente se deslocavam em difíceis, demorados e caros transportes para as empresas sediadas em Lisboa.

Como foi então possível, apesar da falta de meios das autarquias locais, transformar em pouco tempo a dura realidade herdada?

Sem dúvida alguma, retomando tanto quanto possível a grande participação das populações, dos eleitos nas autarquias, do município, freguesias, comissões e associações locais.

Hoje, neste último dia de presença nesta reunião de Câmara, faço-o com alguma tristeza por ver que passados 40 anos das primeiras eleições para as autarquias que marcaram a consolidação do Poder Local, muito se perdeu pelo caminho fruto de uma ignóbil política de direita de combate aos valores do 25 de Abril de 1974, nomeadamente de amordaçamento da participação cívica das pessoas e perda de democraticidade dos órgãos autárquicos.

O 25 de Abril mostrou que a verdadeira democracia é do povo para o povo. Todos e cada um devem ser chamados a exprimir os seus pontos de vista, a participar, a aprender com as experiências e com os erros. Os órgãos autárquicos, permitindo a participação de todos, deveriam ser uma escola de formação cívica das pessoas e gerações futuras. Uma escola de cidadania.

Ao longo destes anos de política de direita, as leis e as práticas foram retirando as conquistas conseguidas com o 25 de abril.

Fruto desta política imposta ao país, nesta Câmara verifiquei a exagerada concentração do poder no Presidente aproveitando as novas alterações da lei e levadas ao excesso da delegação de competências colegiais que eram do órgão executivo no presidente e deste nos vereadores do seu partido. Assim se afastou em grande parte a possibilidade de os vereadores discutirem e apresentarem propostas e soluções sobre muitos dos assuntos que passaram a ser desconhecidos do coletivo dos vereadores. Também a prática de afastar as organizações populares das decisões foi uma constante verificada.

Há muito que as alterações às leis do 25 de Abril eliminaram as Organizações Populares de Base Territorial previstos na Constituição, eliminaram os Conselhos Municipais formados por todas as forças vivas da população, órgãos onde tudo o que interessava às populações e suas organizações era discutido. Hoje são órgãos restritos a serviço do presidente e escolhidos por ele, como ouvimos declarar o Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal. Assim nessa política de concentração de poderes e de amordçar a livre participação democrática, retirou-se a capacidade das Organizações Populares de Base territorial participarem nas discussões, reduziram-se as competências das Assembleias, impôs-se o “presidencialismo”, conferindo aos presidentes poderes que eram dos órgãos coletivos.

Recordo que apesar das várias alterações à Constituição da República esta não deixou de consagrar a participação dos cidadãos na vida pública, mantém-se o direito à autonomia administrativa e financeira das autarquias e a possível gestão colegial dos órgãos autárquicos executivos.

Contudo foram destruídos princípios básicos em que assenta o Poder Local Democrático ao serem limitadas as perspectivas de desenvolvimento da democracia participativa como aconteceu com a extinção dos Conselhos Municipais e a participação das organizações populares, mas também por restringir fortemente a representação das várias organizações políticas na vida nacional e com a crescente bipartidarização PS e PSD.

A Constituição dava o direito da participação das populações na vida administrativa local nomeadamente através de organizações populares de base territorial, com o direito de participar no exercício do poder local, quer nos órgãos que referi e mais tarde extintos, quer nas Assembleias de freguesia e municipais, embora sem voto. Ainda que tenham sido retirados esses direitos, a Constituição atual continua a aceitar muitos desses preceitos se a vontade política de quem está à frente dos municípios assim o quiser. Basta seguir os exemplos que vivi e referi e o que ainda hoje mostram as autarquias CDU com os seus princípios de gestão democrática e participativa.

É um facto que as contínuas revisões e alterações legais revelam bem a preocupação de travar a livre participação dos cidadãos na vida pública substituindo-a por um sistema formalmente controlado pelas instituições, o que aliado às debilidades estruturais de formação e ensino da generalidade das populações entravam a formação cívica das pessoas pela dificuldade de participação na vida pública.

Por outro lado partidos que praticam a política de direita, defendem uma democracia formal, refugiam-se na autoridade conferida pelos votos e evitam o incómodo da participação que muitas vezes obriga a estabelecer consensos, a ouvir críticas não desejadas e evitam o controlo das ações que praticam, controlo e fiscalização que os destinatários dessas ações deveriam exercer. Apesar de menos democrático, é mais prático não dar conhecimento e não permitir a discussão de muitos dos assuntos que a atual lei não obriga.

Os órgãos autárquicos executivos foram criados para ser geridos colegialmente, compostos por diversas forças partidárias e em que o presidente da câmara, dirigia as reuniões e tinha apenas o voto de qualidade. Contrariamente ao previsto na Constituição, com a aprovação da Lei 18/91 passaram competências colegiais para o presidente da câmara, competências próprias subtraídas ao coletivo camarário. Várias outras alterações legais acentuaram um “presidencialismo” que deturpou o funcionamento colegial das autarquias em Portugal com a introdução de poderes do presidente na

gestão camarária, poderes retirados ao coletivo dos membros do executivo e assim reduzindo na sua participação.

Estas alterações dificultaram as relações entre os órgãos coletivos e as populações na medida em que a concentração dos poderes no presidente substituiu os contactos com os munícipes e fregueses, desvalorizando o papel dos vereadores e de outros eleitos.

PS e PSD fizeram outras tentativas em 2001, que felizmente não vingaram, com propostas de profundas alterações ao regime de funcionamento colegial dos municípios e de alteração à lei eleitoral das autarquias. Os ataques à participação coletiva dos cidadãos e das várias forças políticas que seriam afastadas do debate democrático nos órgãos executivos, tornaria o presidente da câmara num rei e senhor do município e os vereadores os seus subordinados.

Felizmente não se chegou tão longe mas permanece a tendência para suprimir a convergência de posições entre todas as forças partidárias, que, foi prática da vida autárquica na resolução dos problemas concretos e na melhoria das condições de vida das populações. Também nestes últimos anos várias tentativas foram feitas para eliminar a fiscalização e o acompanhamento no interior do próprio órgão executivo, com o pretexto da melhor funcionalidade. Eliminaram-se muitas das discussões democráticas permitindo que o presidente possa não consultar outros eleitos ou representantes nas decisões que toma. Foi aos poucos substituída a participação e convergência das vontades dos eleitos das diferentes forças partidárias na resolução dos problemas concretos da população, por uma luta constante de conquista do poder hegemónico autárquico.

O entendimento entre os eleitos das diversas forças partidárias, prevalecendo a justeza e interesse na resolução dos problemas concretos das populações, sempre se revelou um valor da democracia que foi característico do funcionamento das autarquias em Portugal. É exemplo disso a vontade de convergência democrática que tem sobrevivido na Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) congregando todos os municípios em que a esmagadora maioria de decisões são tomadas por consenso.

Também a política centralizadora do Estado fere a autonomia do poder local como vimos com a lei das finanças locais imposta pelo PS em Janeiro de 2007, aprovada apenas com os seus votos. Esta lei pôs ainda mais fortemente em causa a própria Constituição da República Portuguesa, feriu a autonomia do Poder Local e colocou as autarquias na quase total dependência do Poder central, contra a clara contestação da ANMP.

Recentemente, PSD/CDS fez com que entrasse em vigor a Lei nº 75/2013 que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, com profundas implicações ao nível do funcionamento, meios e competências dos órgãos autárquicos. A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi mais um passo na

linha da centralização de competências que veio empobrecer profundamente o funcionamento democrático das autarquias.

Um outro exemplo foi o da extinção de mais de um milhar de freguesias no país com a Lei que o PSD impôs também contra a vontade da ANMP e da grande maioria das autarquias em Portugal e apesar das grandes manifestações que a condenaram.

Ao contrário do que foi propalado, foi praticamente nulo o impacto do ponto de vista financeiro, da extinção das freguesias, mas, ao invés, foi muito significativo o prejuízo que tal decisão teve no que toca à proximidade das autarquias e dos eleitos às populações e a participação de cidadãos que representavam os interesses locais, tal como foi afetada a identidade local e a capacidade de reivindicação das populações, com o afastamento dos seus representantes, os eleitos das freguesias, seus vizinhos que davam voz às reivindicações populares, fazendo-as chegar a outros níveis e instâncias de poder. Bem sabemos que, para a política de direita, esta voz era incómoda tal como é ter que ouvir as opiniões que não são as suas. Ao contrário dos argumentos de Relvas não é verdade que a extinção de freguesias tivesse reforçado a coesão territorial. Ao invés, aumentou as assimetrias regionais já existentes e significou maior isolamento e abandono de muitas populações.

É exatamente a participação, a expressão das populações que, por ser característica do poder local democrático emanado da Revolução do 25 de Abril, que tem sido um dos alvos de uma prolongada ofensiva tendente à sua desfiguração, empobrecimento e mesmo destruição destes valores.

Assim aumentou a possibilidade da arbitrariedade das decisões, reduziu-se a possibilidade de fiscalização, o que levou em muitos locais à corrupção de eleitos menos honestos. Todo este ambiente político, à escala nacional, levou à descrença e desmotivação de muitas pessoas e ao seu afastamento da política, fenómeno que é manifestado entre muitas outras formas pelo aumento da abstenção do voto nas eleições. Esta política de afastamento das pessoas da gestão das suas autarquias, evidenciada na extinção de muitas freguesias como órgãos de proximidade das populações, resulta num maior alheamento das pessoas, num maior desconhecimento dos que os deveriam representar, numa maior ausência no acompanhamento dos assuntos como mostra a fraca participação nas assembleias.

Agora, novamente na minha qualidade de vereador sinto com desgosto as transformações geradas em décadas de políticas de direita que atacam muito do que de positivo se conseguiu com o 25 de Abril de 1974 e em especial, no que concerne ao Poder Local às suas características democráticas e de participação.

Neste ano da minha presença nesta Câmara senti a quase impossibilidade dos eleitos das oposições participarem na vida dos órgãos autárquicos. Ressalvo uma exceção que confirma a regra: O estudo da Linha do Oeste em que a proposta de constituição de um Grupo de trabalho foi aceite e produziu alguns resultados.

Como eleito da CDU, vereador desta Câmara verifico que os assuntos colocados nas Ordens de Trabalhos e aqui tratados são de uma pobreza confrangedora relativamente ao que verdadeiramente importaria discutir para o melhor aproveitamento de ideias e propostas de todos e com isso melhor servir o Município e suas populações, para o seu desenvolvimento harmonioso e para uma melhor qualidade de vida de quem aqui vive e trabalha.

Afinal o que é que o órgão Câmara discute?

O que normalmente está na Ordem de Trabalhos na generalidade são assuntos menores.

Que se debate nesta Câmara sobre a aplicação das Estratégias de um Plano Diretor Municipal?

Que assuntos são trazidos à Ordem dos trabalhos da Câmara que tenham a ver com o desenvolvimento das potencialidades locais?

Que se discute que possa levar à construção de modelos de desenvolvimento rural e da agricultura, de atividades transformadoras que podem ser oportunidades de desenvolvimento, de emprego e de melhores salários?

Que se discute sobre ações para facilitar as mobilidades e os transportes e para que mesmo a autoridade metropolitana de transportes tenha em conta as nossas opiniões?

Que se discute neste órgão sobre a defesa do Meio Ambiente ou sobre a defesa das praias e da Orla Costeira, para que os planos feitos sejam mais consensuais e englobem outras ideias e alternativas?

Que ideias coletivas e consensuais constrói este órgão para defender o concelho mesmo nos assuntos da responsabilidade da Administração Central?

Que grupos de trabalho se promovem para ouvir opiniões mais alargadas sobre todos estes grandes temas e para criar melhores condições de vida às populações?

Que se debate sobre o Desporto, a Cultura, o Lazer e as ações dirigidas para as classes sociais prioritárias ou mais frágeis?

Que participação têm os vereadores, os eleitos que representam interesses de populações e podem contribuir para soluções mais consensuais e que promovam a coesão social?

Quanto muito, quando por força de lei alguns destes assuntos vêm à Câmara, as propostas trazidas vêm já definitivas e aos vereadores resta apenas declarar a sua opinião e votar concordando ou não.

Considerará o senhor Presidente e a maioria que o acompanha que os outros vereadores não têm competência para discutir estes assuntos? Ou será preferível manter os vereadores afastados do

conhecimento dos problemas e suas soluções para não perturbar a rotina de quem tem o poder e não quer ser confrontado?

Não fora o Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) em cada reunião de Câmara e a pobreza das reuniões como discussão dos grandes temas para o concelho de Mafra seria confrangedora.

É um facto fácil de verificar que é neste período antes da Ordem do Dia que a CDU tem trazido à discussão os assuntos de maior importância para as populações como foram os casos da Linha do Oeste como forma mais económica, mais segura e mais eficiente de promover as ligações de maior distancia aos outros concelhos. Como é o caso do Passe Intermodal que tendo sido aprovado por unanimidade se exige que a Câmara promova todas as iniciativas para servir o interesse de todos. Como foi o caso da Tapada de Mafra que sendo um bem patrimonial riquíssimo tem que servir as populações funcionando eficazmente. Estes como outros exemplos mostram que a CDU não se conforma com as restrições ao debate democrático e à participação.

A CDU sempre esteve empenhada no pluralismo dos órgãos, na unidade na ação para a resolução dos problemas das populações, na participação. Como já demos provas disso, há temas onde podemos ter um consenso mínimo como é o caso da Água e pode ser o caso da Linha do Oeste ou a Defesa da Tapada de Mafra ou a Estratégia de Desenvolvimento Sustentado, do Turismo ou da fixação de empregos e de empregos com direitos e salários justos.

Saio no final deste meu curto mandato com a convicção que participei tanto quanto me possibilitaram fazê-lo. Procurei sempre dignificar este órgão coletivo com discussões, opiniões, críticas e apoios que deixando para segundo plano as tricas e questões pessoais conduzissem a nossa intervenção para o que é fundamental: servir a população que nos confiou este nosso mandato. É assim que a CDU entende a política. É por isso que sou militante do PCP e me integro na CDU. Tentei que as minhas intervenções, embora limitadas mostrassem o que poderia ser feito se democraticidade no órgão Câmara e as condições de participação fossem outras. É por isso que a CDU faz sempre falta.

Até breve!

Mafra, 29 de setembro de 2017

O Vereador da CDU

Eduardo Baptista



MUNICÍPIO DE MAFRA

188

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Assunto: 5
2017-09-12

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
AM_Saida/2017/39

Data
11-09-2017

Assunto: **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA - SESSÃO DE 07.SETEMBRO.2017**
- MINUTAS DE DELIBERAÇÕES

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 7 de setembro corrente, sobre os seguintes assuntos:

- Implementação de sistema de vigilância contra incêndios no Parque Sintra-Cascais e Mafra.
- Assunção de Compromissos Plurianuais.
- Parecer do Fiscal Único sobre a Situação Económica e Financeira das Empresas Locais (Matadouro e Giatul).
- Parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira do Município reportada a 30 de junho de 2017.
- Alteração ao Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares – Submissão à Assembleia Municipal.
- Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Bizarro
(José Bizarro)

anexo V



Assembleia Municipal

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt



MUNICÍPIO DE MAFRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA

139

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 07/09/2017

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

2. – ASSUNTO: **IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS NO PARQUE SINTRA-CASCAIS E MAFRA.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, atentas as disposições conjugadas das alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 23.º, com as alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 67.º, todas do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual deliberou, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, autorizar a assunção, pelo Município de Mafra, das obrigações a que se refere a cláusula 5.º da minuta de Protocolo de Cooperação entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Município de Mafra, com efeitos a partir do ano de 2018. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 36: 23 PP/PSD; 9 PS; 1 CDS/PP e 3 CDU

Votos Contra: _____

Abstenções: _____

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA

140

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 07/09/2017

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

3. – ASSUNTO: **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, em anexo à informação interno/2017/12395, elaborada em 29 de agosto de 2017, na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 36: 23 PP/PSD; 9 PS; 1 CDS/PP e 3 CDU.

Votos Contra: -----

Abstenções: -----

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

141

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 07/09/2017

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

4. – ASSUNTO: **PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS LOCAIS (MATADOURO E GIATUL).** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, no exercício das suas competências de fiscalização, apreciou, nos termos do previsto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2016, de 12 de setembro, na sua redação atual, o parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira das empresas locais (Matadouro Regional de Mafra, SA e Giatul Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor:

Votos Contra:

Abstenções:

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA

142

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 07/09/2017

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

5. - ASSUNTO: **PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2017.** -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, no exercício das suas competências de fiscalização, apreciou, nos termos das disposições conjugadas na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2016, de 12 de setembro, na sua redação atual, e alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o parecer do Fiscal Único sobre a situação económica e financeira do Município de Mafra, reportado a 30 de Junho de 2017, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RSM & ASSOCIADOS SROC, LDA, representada pelo Dr. Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320). -----

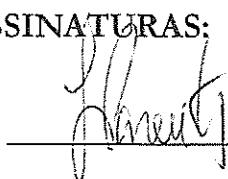
Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Majoria -----

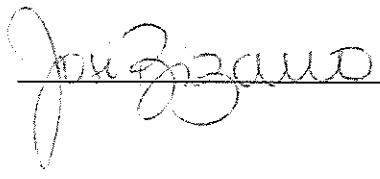
Votos a Favor:

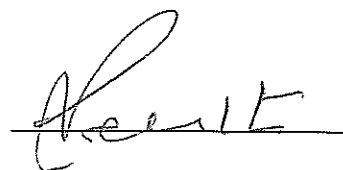
Votos Contra:

Abstenções:

ASSINATURAS:









MUNICÍPIO DE MAFRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 07/09/2017

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

6. – ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DOS TRANSPORTES ESCOLARES – SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2017/12287, elaborada em 29 de agosto de 2017, pela Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, aprovar a alteração ao Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares, o qual foi publicitado na página da Internet da Câmara Municipal, em 11 de agosto de 2017, através do Despacho n.º 35/2017. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 26: 23 PSD/PSD; 9 PS; 1 CDS/PP e 3 CDU. —

Votos Contra: —

Abstenções: —

ASSINATURAS:



MUNICÍPIO DE MAFRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MINUTA

144

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 07/09/2017

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

7. - ASSUNTO: PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR. -----

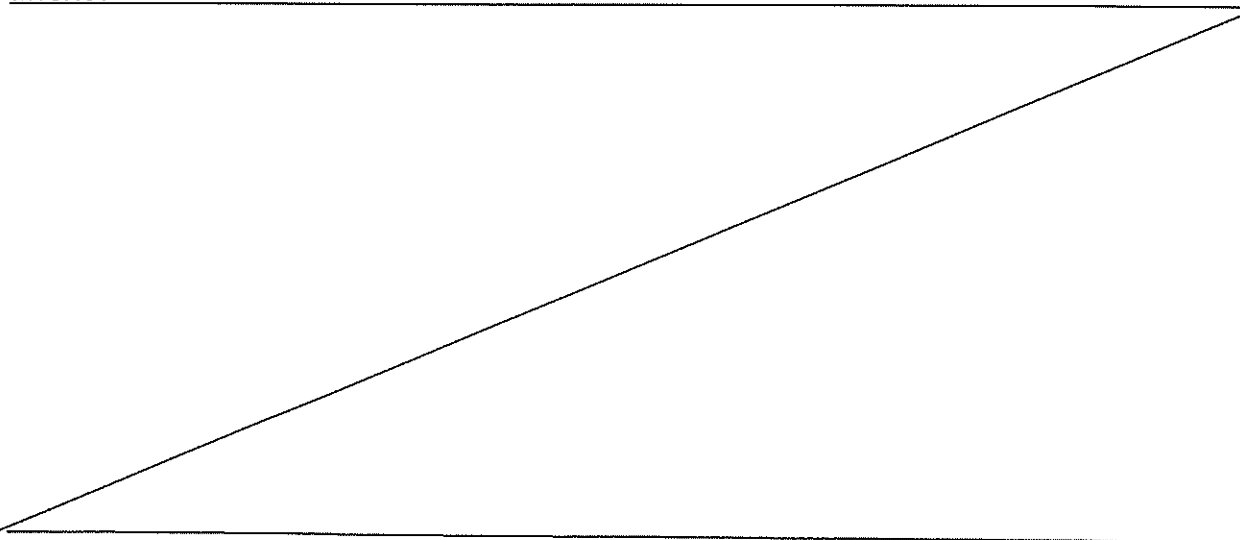
ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, conforme documento anexo. -----



Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 26: 23 PA/PSD; 3 PS; 1 CDS/PP e 3 CDU

Votos Contra: ---

Abstenções:
.....

ASSINATURAS:

[Signature] [Signature] [Signature]

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

Concordo com a presente
informação.

25,9,2017

O(A) Diretor(a) de Departamento, *António*

Concordo com a informação elaborada,
que se remete à Consideração Superior.

25/...9.../2017

O(A) Chefe de Divisão

*Norma de Sousa***DESPACHO***A reunião*

25,09,17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13667

ASSUNTO: Alteração ao Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal.

1 – O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determina nas alíneas h) do n.º 2 do artigo 23.º e ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, que os municípios dispõem de atribuições e competências ao nível da ação social, competindo-lhes criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transporte, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, bem como administrar o domínio público municipal.

anexo VI



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

2 – Atento o lapso de tempo decorrido desde a aprovação do Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal e considerando, neste domínio, as mais recentes alterações legislativas, nomeadamente o Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação, aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, impõe-se a sua revisão.

Com efeito, este regime regula o arrendamento ou subarrendamento de imóveis para habitação detidos, a qualquer título, por entidades estatais, regiões autónomas, autarquias locais e setores públicos empresariais por cidadãos em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam, representando uma mudança de paradigma, ao consagrar soluções que até então não se encontravam legalmente reguladas, tais como a consagração de impedimentos para tomar ou manter de arrendamento uma habitação em regime de arrendamento apoiado e a possibilidade do arrendatário renunciar ao arrendamento quando a habitação social não estiver a ser usada por si ou pelo seu agregado familiar num prazo superior a 6 meses a contar da comunicação do senhorio, pelo que, impõe-se proceder à revisão do Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal, adaptando-o ao novo regime legal, nomeadamente, no que concerne a:

- a) Condições de acesso;
- b) Adequação da habitação;
- c) Cálculo do valor da renda;
- d) Obrigações das partes.
- e) Resolução do contrato;
- f) Impedimentos.

3 – Salienda-se, neste âmbito, que compete também à Câmara Municipal, atento o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos**

4 - De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento de modificação de regulamentos é publicitado na *Internet*, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Face ao exposto, proponho, salvo melhor entendimento, que ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, com as alíneas ee e qq) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, todas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal delibere iniciar o procedimento de revisão do Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na Internet, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

É o que me cumpre informar.

E submeter à consideração superior.

Mafra, 25 de setembro de 2017.

A Técnica Superior,

Diana Ribeiro

(Diana Ribeiro)



13

147

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

concordo com o parecer
informar.

20.9.2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

perceber.

A reunião

7

25.09.17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13569

ASSUNTO: Regulamento de Funcionamento da Loja do Cidadão de Mafra - Início do procedimento e participação procedimental

A Loja do Cidadão de Mafra disponibiliza, num único edifício, municipal, a prestação diversificada de serviços, designadamente os serviços públicos do Espaço Cidadão, da Autoridade Tributária Aduaneira e do Instituto da Segurança Social, bem como os serviços prestados pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e pela COPREL, Gás, sem prejuízo de poder, ainda, vir a acolher novas entidades que prestem outros serviços.

Decorrido o lapso de tempo necessário à verificação do funcionamento da Loja do Cidadão de Mafra, verifica-se a necessidade de criar um Regulamento que patenteie esse mesmo funcionamento, com eficácia externa, com normas que se pretendem claras e precisas, incidentes, designadamente, sobre o horário de funcionamento e



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

de atendimento, os pontos de acesso à Loja do Cidadão de Mafra, o atendimento prioritário e preferencial, o sistema de gestão de filas de espera, a suspensão de senhas e a sua distribuição manual na situação de falha do sistema informático, os espaços físicos acessíveis aos cidadãos e os reservados aos prestadores de serviços, a utilização do elevador, a identificação dos prestadores de serviços, a sinalética, a segurança e vigilância, os serviços de limpeza, o horário das cargas e descargas de material, a entrega e distribuição interna da correspondência recebida, a informação dos expositores, as bandeiras e os mecanismos de audição disponíveis.

Ora estabelece a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a competência da Câmara Municipal para elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos.

Estabelece, ademais, o n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que *"O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento"*.

Atentos os fundamentos de facto e de direito expendidos, **proponho, salvo melhor entendimento**, considerando o n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que a Câmara Municipal delibere dar início ao procedimento referente à elaboração do "Regulamento de Funcionamento da Loja do Cidadão de Mafra", podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, da Internet, as suas sugestões para a emissão do Regulamento em apreço, as quais deverão ser formuladas por escrito, até ao final do mencionado**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos**

prazo, através de requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

É o que me cumpre informar

E submeter à Consideração Superior

Mafra, 20 de setembro de 2017

A Chefe da Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

Bernardete Galvão



14

149

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente.

2017/09/22
...../...../.....

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

22/09/2017
...../...../.....

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com o teor da informação.

Propõe-se a abertura de procedimento, nos termos elencados pelos serviços.

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

22/09/2017
...../...../.....

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Face à informação dos serviços, determino, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a abertura de procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada para a execução da **"Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral"**.

Mais determino a aprovação dos projetos, programa de concurso e caderno de encargos.

Remeta-se, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, este despacho a reunião de Câmara.

22/09/17
...../...../.....

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13633

ASSUNTO: Contrato de empreitada para a execução da "Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral" - Despacho de Abertura

Atenta a Informação **Interno/2017/13400** e conjunto de elementos anexos à **Distribuição EDOC/2017/50532** exarada pela Divisão de **Ambiente Espaços Urbanos**

anexo VII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

e Rurais que elabora sobre a procura da sustentabilidade na gestão local das linhas de água constituir, uma preocupação para gestores e técnicos, nomeadamente através de medidas de planeamento e intervenção ao nível das bacias hidrográficas e do corredor fluvial, sendo que de acordo com a legislação vigente (Lei da água – lei n.º 58/2005, art.º 33) a gestão de linhas de água estipula diversas medidas de conservação e reabilitação (capítulo 4.1) e por seu lado, no art.º 46 são definidos os objetivos a atingir com estas intervenções de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas, destacando-se três objetivos principais: Regularização hidrológica reduzindo o risco de inundação, Prevenções dos processos erosivos e de degradação das margens e álveos das linhas de água e Recuperação e valorização ecológica e paisagística das linhas de água e seus espaços envolventes, vindo assim manifestar, visto o Município de Mafra não possuir recursos humanos, nem equipamentos que permitam a execução de tais trabalhos, a necessidade de proceder à celebração de contrato para a execução da empreitada referente **“Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: *Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral*”**, tendo em conta que a verba referente à despesa em apreço se encontra prevista, no Orçamento Municipal de 2017, no projeto/ação expresso em Plano de Atividades (2014|A|28), referente a **“Proteção do meio ambiente e conservação da natureza/Intervenção em Rios/Ribeiras”**, propõe-se:

1. Tipo de Procedimento:

Abertura de Procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada da **“Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: *Ribeiro da Vidigueira, Rio Pequeno, Rio do Cuco, Ribeira do Muchalforro e Rio do Sobral*”**

2. Preço Base:

Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado, para cada um dos lotes o valor de:

- ❖ **Lote 1: *Ribeiro da Vidigueira*, 159 160,00 € (cento e cinquenta e nove mil cento e sessenta euros)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

- ❖ Lote 2: *Rio Pequeno*, 100 000,00 € (cento mil euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;
- ❖ Lote 3: *Rio do Cuco*, 227 800,00 € (duzentos e vinte e sete mil e oitocentos euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;
- ❖ Lote 4: *Ribeira do Muchalforro*, 76 240,50€ (setenta e seis mil duzentos e quarenta euros e cinquenta cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;
- ❖ Lote 5: *Rio do Sobral*, 222 500,00 € (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;

A que corresponde um valor total de **785 700,50 € € (setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;

3. Critério de Adjudicação:

- 3.1 Considerar como Critério de Adjudicação, nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 74.º do CCP, o da "**proposta economicamente mais vantajosa**";
- 3.2 A adjudicação será efetuada por **lote**, podendo cada **lote ser adjudicado a um concorrente diferente**, podendo **cada concorrente submeter proposta para apenas um, dois ou para a totalidade dos lotes.**
- 3.3 Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:
 - a) Preço global da proposta (50%);
 - b) Prazo de execução igual ou inferior ao máximo (30%);
 - c) Qualidade técnica da proposta (20%), dividida pelos seguintes subfactores:
 - c.1) Memória descritiva e justificativa (40%);
 - c.2) Programa de execução da obra (40%);



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

c.3) Qualidade Ambiental da proposta (20%);

4. Júri do Concurso

4.1 Que o júri do concurso, nos termos do artigo 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:

- Presidente: Alexandre Parracho, Chefe de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais;
- 1.º Vogal: Paula Matos, Coordenadora Técnica a desempenhar funções na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento;
- 2.º Vogal: Carolina Ganito, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão Administrativa e Assuntos Jurídicos;
- 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): Margarida Espada, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais;
- 2.º Vogal Suplente: Cátia Sousa, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão Administrativa e Assuntos Jurídicos;

4.2 Ao Júri sugerido no ponto anterior, deverão ser delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da pronúncia sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de qualificação de candidatos e de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

5. Aprovação das peças procedimentais (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos), em anexo à presente informação, cujo clausulado prevê, nomeadamente:

5.1 Prazo máximo de execução:

- ❖ Lote 1: prazo máximo de 60 dias;
- ❖ Lote 2: prazo máximo de 40 dias;
- ❖ Lote 3: prazo máximo de 90 dias;
- ❖ Lote 4: prazo máximo de 30 dias;
- ❖ Lote 5: prazo máximo de 80 dias;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

- 5.2 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;
- 5.3 Prazo para apresentação da proposta: **12 dias seguidos**, tendo em consideração a simplicidade dos trabalhos previstos para a realização da obra, em conformidade com o preceituado no n.º 2 do Art.º 135 do CCP.
- 5.4 A fim de dar cumprimento ao art.º 71.º do CCP com base no n.º 2 do art.º 132º do CCP, será considerado anormalmente baixo o preço que seja menor ou igual em 25% do preço base.
- 5.5 Atribuir carácter de gratuidade às peças procedimentais.

À consideração superior,

O Técnico Superior

(Vasco Mota)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Concurso Público

**Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código
dos Contratos Públicos**

Designação da Empreitada:

***"Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho
de Mafra: Ribeiro da Vidigueira; Rio Pequeno; Rio do Cuco;
Ribeira do Muchalforro; Rio do Sobral."***



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ÍNDICE GERAL

I. PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

- ANEXO I - Modelo de Declaração – aceitação do conteúdo do caderno de encargos;
- ANEXO II – Modelo de Declaração – Habilitação;
- ANEXO III – Modelo de Caução – Depósito;
- ANEXO IV – Modelo de Caução - Garantia Bancária/Seguro-Caução

II. CADERNO DE ENCARGOS

- ANEXO B – Plano de Segurança e Saúde (PSS)
- ANEXO C – Plano de Gestão de Resíduos (PGR)
- Caderno de Especificações Técnicas
- Caracterização da Intervenção (5 Lotes)
- Memória Descritiva e Justificativa (5 Lotes)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE:

1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS
5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA
6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA
E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO
9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS
10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
12. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS
13. INDICAÇÃO DO PREÇO
14. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES
15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA
16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO
17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO
19. MINUTA DO CONTRATO
20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a execução da empreitada:

“Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra:

Lote 1 – Ribeiro da Vidigueira;

Lote 2 – Rio Pequeno;

Lote 3 – Rio do Cuco;

Lote 4 – Ribeira do Muchalforro;

Lote 5 – Rio do Sobral.

1.2. O processo de concurso público para execução da empreitada de ***“Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira; Rio Pequeno; Rio do Cuco; Ribeira do Muchalforro; Rio do Sobral”*** encontra-se patente para consulta na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município 2644-001 Mafra, onde poderá ser consultado durante as horas normais de expediente (todos os dias úteis, das 9.00 às 17.00 horas), desde a data da publicitação até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

1.3. As peças do concurso serão disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov;

1.4. O concurso foi aberto ao abrigo dos critérios que se encontram enunciados no artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adiante designado por CCP.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a **Câmara Municipal de Mafra**.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

3.1. A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro



154
X

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

3.2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri nomeado para conduzir o procedimento, a quem deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através da plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, via plataforma de contratação pública eletrónica. A falta de resposta até esta data, implica a prorrogação, por período correspondente, do prazo para apresentação das propostas. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e notificar-se-á do facto todos os interessados que tenham adquirido as peças procedimentais.

4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

4.1 Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.

4.2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no ponto 4.4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4.3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

4.4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto no ponto anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

4.5. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

4.6. Durante o prazo que decorre até à apresentação das propostas, os interessados poderão e deverão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

5. DOCUMENTO DA PROPOSTA

5.1. A proposta deverá ser constituída pelos documentos previstos no artigo 57.º do CCP, sob pena de exclusão, nomeadamente:

5.1.1 **Declaração**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** com aceitação das condições do programa de procedimento e do caderno de encargos, na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade ou de pessoa coletiva, estado civil e domicílio ou, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva.

5.1.2 Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada;

5.1.3 Plano de trabalhos;

5.1.4 Plano de equipamento a utilizar nesta obra;

5.1.5 Plano de mão-de-obra a utilizar nesta obra;

5.1.6 Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro;

5.1.7 Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos;





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

5.1.8 Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 57.º do CCP, juntar a **Lista de Preços Unitários** de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução **(não obstante a resposta em sede de corpo da proposta, deverá, obrigatoriamente, ser preenchido e enviado o ficheiro Excel denominado LPU - Mapa de Quantidades)**;

5.1.9. Eventuais documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, caso a situação se verifique (o preço é considerado anormalmente baixo caso seja menor ou igual que o preço base em 25% do seu valor).

5.1.10. Eventuais documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um prazo inferior ou igual máximo de concurso em 60%.

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

6.1. Em face do que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, fica determinado que só é aceite a entrega das propostas através da plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov;

6.2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva e a qualidade em que assina;

6.3. Todas as propostas deverão ser entregues até ao prazo limite de entrega via plataforma contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.

6.4. Para tal é necessário o registo gratuito que poderá ser efetuado em www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.

6.5. Em caso de dúvidas ou apoio à submissão de propostas, a Saphety disponibiliza uma linha de apoio direta que poderá ser acedida através do número 210 114 635, ou através do correio eletrónico helpdesk@saphety.com.

6.6. Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

6.7. Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

6.8. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

6.9. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Nota: A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

- a) Tradução devidamente legalizada;
- b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJECTO

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas com variantes ao projeto patenteado (ou parte dele).





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS

- 9.1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 9.2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 9.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 9.4. No caso da adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão entregues, nos termos do n.º 2 do art.º 135.º do CCP, até às **17.00 horas do 12.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para Diário da República, (prazo contínuo). Caso esse dia venha a coincidir com dia não útil o prazo limite corresponderá às **17:00 do dia útil imediato**.

O prazo em apreço tem em consideração o preceituado no n.º 2 do Art.º 135 do CCP uma vez que os trabalhos em apreço, poda; modelação, consolidação e recuperação de margens e erradicação de espécies invasoras, são trabalhos de manifesta simplicidade.

11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

12. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 12.2. A adjudicação será efetuada por **lote**, podendo cada **lote** ser adjudicado a um concorrente diferente,
- 12.3. Cada concorrente poderá submeter proposta **para apenas um, dois ou para a totalidade dos lotes**.
- 12.4. Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes **fatores e subfactores** que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:
- a) Preço por lote (50%);
 - b) Prazo de execução igual ou inferior ao máximo (30%);
 - c) Qualidade técnica da proposta (20%), contemplando os seguintes subfactores:
 - c.1) Memória descritiva e justificativa, de acordo com as Especificações Técnicas do Caderno de Encargos (40%);
 - c.2) Programa de execução da obra (40%);
 - c.3) Qualidade Ambiental da proposta (20%);
- 12.5. Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos factores de apreciação indicados no ponto anterior serão aplicados os seguintes métodos:
- a) No que concerne ao preço por lote, as respectivas pontuações serão obtidas com base na equação a seguir indicada:

$$Yi = \left[\sqrt{(100 - a)^2 - (100 - a)^2 \times (Vpc/Vbc)^2} \right] + a$$

Sendo:

a - Pontuação a atribuir às propostas cujo Preço seja igual ao Preço Base de Concurso;

Vpc – Valor da proposta de cada concorrente

Vbc – Valor do Preço Base de Concurso

Yi – Pontuação de cada concorrente

No presente concurso é atribuída a pontuação de 50 valores às Propostas concorrentes que tenham um Preço igual ao Preço Base de concurso.

- b) No que concerne ao prazo de execução, as respectivas pontuações serão obtidas com base na equação a seguir indicada:





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

$$Y_i = \left[\sqrt{(100 - a)^2 - (100 - a)^2 \times (P_{pc}/P_{mc})^2} \right] + a$$

Sendo:

a - Pontuação a atribuir às propostas cujo Prazo seja igual ao Prazo Base de Concurso;

P_{pc} - Prazo da proposta de cada concorrente

P_{mc} - Prazo máximo de Concurso

Y_i - Pontuação de cada concorrente

No presente concurso é atribuída a pontuação de 50 valores às Propostas concorrentes que tenham um Prazo de Execução igual ao Prazo Máximo de concurso.

Todas as propostas que proponham um prazo de execução inferior ou igual ao prazo máximo de concurso em 60% deverão apresentar os necessários elementos justificativos.

c) No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respectiva pontuação será efectuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

- Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom.
- Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica:

Mau.....	[0-20[Pontos
Insuficiente.....	[20-40[Pontos
Suficiente.....	[40-60[Pontos
Bom.....	[60-80[Pontos
Muito Bom.....	[80-100] Pontos

Sendo de referir o seguinte no que respeita a cada um dos subfactores:

- c.1)** Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada, coerente e compatível, como cada concorrente se propõe a executar os trabalhos, tomando em consideração a coerência e a qualidade das soluções propostas, devidamente



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

compatibilizadas com as exigências expressas nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e na Memória Descritiva, nomeadamente os seguintes aspectos:

- Descrição técnica fundamentada e coerente com o CE
- Definição de responsabilidades, horário de trabalho e especificação dos trabalhos
- Planificação dos trabalhos
- Valia técnica e formação dos elementos das equipas
- Composição global das equipas
- Equipamentos a afectar à empreitada
- Plano de manutenção dos equipamentos

c.2) Será fundamentalmente analisado o Mapa de Trabalhos, Mapa de Mão de Obra e Mapa de Equipamentos, e as suas interligações de modo a garantir a execução atempada dos trabalhos com qualidade e de forma coerente com o solicitado no concurso;

c.3) Será fundamentalmente analisada, a forma como a proposta, num todo, dá resposta às questões ambientais e de gestão de resíduos.

13. INDICAÇÃO DO PREÇO

13.1. O preço base para efeitos do concurso é de **por cada um dos lotes:**

- ✓ Lote 1: Ribeiro da Vidigueira, **159 160,00 € (cento e cinquenta e nove mil cento e sessenta euros)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;
- ✓ Lote 2: Rio Pequeno, **100 000,00 € (cem mil euros)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;
- ✓ Lote 3: Rio do Cuco, **227 800,00 € (duzentos e vinte e sete mil e oitocentos euros)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;
- ✓ Lote 4: Ribeira do Muchalforro, **76 240,50 € (setenta e seis mil duzentos e quarenta euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- ✓ Lote 5: Rio do Sobral, 222 500,00 € (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor;

- 13.2. Por referência ao preço base atrás fixado, é considerado anormalmente baixo o preço por lote resultante de uma proposta cujo valor seja menor ou igual que o preço base por lote em 25% do seu valor.
- 13.3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados em extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 13.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 13.5. O concorrente deverá indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar nos termos dos números 4 e 5 do artigo 60.º do CCP.

14. INDICAÇÃO DO PRAZO

- 14.1. O prazo máximo de execução para efeitos do concurso é de **por cada um dos lotes:**

- ✓ Lote 1: Ribeiro da Vidigueira, 60 (sessenta) dias;
✓ Lote 2: Rio Pequeno, 40 (quarenta) dias;
✓ Lote 3: Rio do Cuco, 90 (noventa) dias;
✓ Lote 4: Ribeira do Muchalforro, 30 (trinta) dias;
✓ Lote 5: Rio do Sobral, 80 (oitenta) dias.

- 14.2. Por referência ao prazo máximo atrás fixado, todas as propostas que proponham um prazo de execução inferior ou igual em 60% deverão apresentar os necessários elementos justificativos.





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 14.3. Quando os prazos constantes da proposta forem também indicados em extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

15. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

- 15.1. O Júri procederá, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.
- 15.2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, a todas as propostas apresentadas.
- 15.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 15.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 13.1 e 13.2.

16. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

- 16.1. Após a análise das propostas, tendo em conta todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas, bem como eventuais exclusões.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 16.2. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos, sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
- 16.3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 16.4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica SaphetyGov - www.saphety.com/pt-PT/saphetygov, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
- 16.5. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos das disposições conjugadas dos artigos 147.º e 123.º, n.º 1, do CCP.

17. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- 17.1. A decisão da adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 17.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação será notificado o adjudicatário para:
- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, de acordo com o n.º 17 deste programa de procedimentos, conforme disposto no artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar a caução, nos termos do ponto 18 deste programa de procedimentos, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar, no prazo de 10 dias, eventuais compromissos, assumidos por terceiros, relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Apresentação do Plano de Segurança e Saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

18.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente convite;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
- d) **Cópia do alvará de construção** ou títulos de registo do concorrente (ou cópia do mesmo) emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as autorizações referidas no ponto 17.2 do presente programa de procedimento ou, se for o caso, em substituição, o documento referido na alínea a) n.º 5 do artigo 81.º do CCP;
- e) Apresentação da **Declaração da respetiva Associação Profissional do Diretor de Obra** mencionado na proposta, de acordo com o Quadro n.º 2, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços Exteriores, na vertente de Drenagem superficial e limpeza de linhas



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

de água, ou de Obras de regularização fluvial e linhas de drenagem natural,
apresentando a título informativo o *curriculum vitae* do mesmo;

f) **Plano de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho;**

g) **Prova de possuir habilitação para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, no âmbito da legislação em vigor sobre a matéria.**

18.2. Para efeitos da alínea d) do número anterior, o alvará de construção a apresentar deverá conter:

- a) 7ª Subcategoria da 5ª Categoria, na classe correspondente ao montante da proposta;
- b) 2ª Subcategoria da 5ª Categoria e 9ª Subcategoria da 2ª Categoria, na classe correspondente ao montante dos respetivos trabalhos a executar;
- c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

18.3. A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

18.4. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

18.5. O incumprimento da entrega dos referidos documentos de habilitação, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos.

19. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 19.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP e mais 5% para reforço da caução, que serão retidos na altura dos pagamentos dos autos de medição, conforme artigo 353.º do Código atrás referido.
- 19.2. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente.
- 19.3. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais, pelo adjudicatário.
- 19.4. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.
- 19.5. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Mafra, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 19.6. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.
- 19.7. Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 19.8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

19.9. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

20. MINUTA DO CONTRATO

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de cinco dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

22. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO

As peças do concurso são disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov e são fornecidas gratuitamente.

22.09.17
...../...../.....

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...];

b) [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum 98/773/JAI do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum 98/742/JAI do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (18)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto no n.º s 4 e 5 do artigo 57.º.



[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO (Habilitação)

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;





164

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____] como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (11)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO III

Modelo de Caução

GUIA DE DEPÓSITO

Vai (a) _____, com morada/sede
em _____

_____, Contribuinte
n.º _____ depositar na (b) _____, à ordem do
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra de acordo com o disposto
no nº 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº
18/2008, de 29 de janeiro, a quantia de (c)
_____, que se destina a garantir o exato e
pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação
referente a (d) _____, constituindo a caução a que refere o
artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, ____ de _____ de _____

(e) _____

- a) Identificação da entidade depositante (cocontratante);
- b) Designação da Instituição Bancária
- c) Quantia por extenso;
- d) Descrição do Procedimento
- e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo IV

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de (1) _____, vem o/a (2) _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de (3) _____ € (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito (4) _____ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a (instituição garante) _____ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a (instituição garante) _____ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

- (1) - Identificação completa do cocontratante;
- (2) - Identificação completa da Instituição garante;
- (3) - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
- (4) - Identificação do procedimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

1

Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA:

"Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira; Rio Pequeno; Rio do Cuco; Ribeira do Muchalforro; Rio do Sobral."



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ÍNDICE

- 1 – Objeto
- 2 – Disposições por que se rege a empreitada
- 3 – Interpretação dos documentos que regem a empreitada
- 4 – Esclarecimento de dúvidas
- 5 – Projeto
- 6 – Preparação e planeamento da execução da obra
- 7 – Plano de trabalhos ajustado
- 8 – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos
- 9 – Prazo de execução da empreitada
- 10 – Cumprimento do plano de trabalhos
- 11 – Multas por violação dos prazos contratuais
- 12 – Atos e direitos de terceiros
- 13 – Condições gerais de execução dos trabalhos
- 14 – Erros ou omissões do projeto e de outros documentos
- 15 – Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro
- 16 – Menções obrigatórias no local dos trabalhos
- 17 – Ensaaios
- 18 – Medições
- 19 – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
- 20 – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra
- 21 – Outros encargos do empreiteiro
- 22 – Obrigações gerais
- 23 – Horário de trabalho
- 24 – Segurança, higiene e saúde no trabalho
- 25 – Resíduos da construção e demolição
- 26 – Preço e condições de pagamento
- 27 – Adiantamentos ao empreiteiro
- 28 – Descontos nos pagamentos
- 29 – Mora no pagamento
- 30 – Revisão de preços
- 31 – Contratos de seguro



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

167

- 32 – Outros sinistros
- 33 – Representação do empreiteiro
- 34 – Representação do dono da obra
- 35 – Livro de registo de obra
- 36 – Receção provisória
- 37 – Prazo de garantia
- 38 – Receção definitiva
- 39 – Restituição dos depósitos e quantias retidas e libertação da caução
- 40 – Deveres de informação
- 41 – Subcontratação e cessão da posição contratual
- 42 – Resolução do contrato pelo dono da obra
- 43 – Resolução do contrato pelo empreiteiro
- 44 – Foro competente
- 45 – Comunicações e notificações
- 46 – Contagem dos prazos
- 47 – Legislação Aplicável



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Capítulo I Disposições iniciais

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos Contratos a celebrar no âmbito do concurso para a realização das empreitadas de **"Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água do Concelho de Mafra: Ribeiro da Vidigueira; Rio Pequeno; Rio do Cuco; Ribeira do Muchalforro; Rio do Sobral"**.
- 2 - A empreitada tem por objetivo a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no projeto de execução e neste caderno de encargos.
- 3 - O projeto a considerar para efeitos do estabelecido no número anterior é o definido na cláusula 5.ª.
- 4 - As condições técnicas de execução dos trabalhos da empreitada são as deste caderno de encargos e as que eventualmente vierem a ser acordadas em fase do projeto aprovado.

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege a empreitada

- 1 - A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP");
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:



168

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos;
- e) O projeto de execução (ou apenas programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP);
- f) A proposta adjudicada;
- g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3 – Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o empreiteiro obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com os trabalhos a realizar.

4 – O dono da obra está obrigado a definir neste caderno de encargos as especificações técnicas constantes do disposto no artigo 49º do CCP.

5 – O empreiteiro obriga-se a respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as especificações técnicas definidas nos termos do número anterior.

6 – A fiscalização pode, em qualquer momento, exigir do empreiteiro a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

- 1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
- 2 - Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o programa de concurso, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
- 3 – No caso de divergência entre as várias peças do projeto de:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
- b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalho prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
- c) Em tudo o mais prevalecem o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do nº 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

- 1 - As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
- 2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
- 3 – O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

Projeto

- 1 - O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento, sendo integrado pelas seguintes peças:
 - ❖ Memória Descritiva;
 - ❖ Caderno de Encargos;
 - ❖ Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e respetivos anexos (Lista de Preços Unitários, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Gestão de Resíduos);
 - ❖ Peças Desenhadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

59

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1 - O empreiteiro é responsável:

- a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal, ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade e de meios de telecomunicações e vias internas de circulação;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- e) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações e cuja existência se encontre assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra à data da realização do procedimento adjudicatório;
- f) O transporte e remoção, para fora do local da obra dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza, no prazo de 2 dias após a conclusão dos trabalhos, em observância do plano de prevenção e gestão de RCD e das normas vertidas no DL 46/2008 de 12 de março e do DL 178/2006 de 5 de setembro;
- g) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra;
- h) O trabalho de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no Projeto ou sejam previsíveis pelo empreiteiro quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, de rios, de valas ou outras;
- i) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo dono da obra ao adjudicatário com vista à execução da empreitada;
- j) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem os legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais.
- 4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A apresentação pelo empreiteiro dos desenhos de construção, pormenores de execução e dos elementos do projeto que, nos termos da cláusula 5.ª, lhe competir elaborar;
- g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
- h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f);



1770

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

5 – “Outros aspetos a que o concorrente se deva vincular”

Cláusula 7.ª

Plano de trabalhos ajustado

1 – O plano de trabalhos destina-se, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas e à especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe executar-los, bem como à definição do correspondente plano de pagamentos.

2 – O plano de trabalhos constante no contrato pode ser ajustado pelo empreiteiro ao plano final de consignação apresentado pelo dono da obra, nos termos dos artigos 357.º e 361.º, n.º 3 do CCP.

3 – O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra, nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 – O plano de trabalhos ajustado carece de aprovação pelo dono da obra, no prazo de 5 dias após a notificação do mesmo pelo empreiteiro, equivalendo o silêncio a aceitação.

5 – O ajustamento do plano de trabalhos deve ser concluído antes da data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial.

6 – O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

- a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
- b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
- e) Não subverter o plano de trabalhos a que se refere a alínea b) do n.º 4 do artigo 43º do CCP.
- 7 – No caso de se encontrarem previstas consignações parciais, o plano de trabalhos ajustado deverá especificar os prazos dentro dos quais elas terão de se realizar, para não se verificarem interrupções ou abrandamentos no ritmo de execução da empreitada.
- 8 - O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

- 1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2 – No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.
- 3 – Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 4 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
- 5 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 6 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

171

7 - Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª

Prazo de execução da empreitada

1 - O prazo de execução para as empreitadas englobadas no presente concurso é de, respetivamente para cada Lote de: **Lote 1**, Ribeiro da Vidigueira, **prazo máximo de 60 (sessenta) dias**; **Lote 2**, Rio Pequeno, **prazo máximo de 40 (quarenta) dias**; **Lote 3**, Rio do Cuco, **prazo máximo de 90 (noventa) dias**; **Lote 4**, Ribeira do Muchalforro, **prazo máximo de 30 (trinta) dias**; **Lote 5**, Rio do Sobral, **prazo máximo de 80 (oitenta) dias**, a contar da data da conclusão da consignação total, ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, começando nessa mesma data a contar o prazo de execução da obra, nos termos do disposto nos n.º (s) 1 dos artigos 362º e 363º do CCP.

2 - A consignação deverá estar concluída num prazo não superior a 30 dias da celebração do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 359º do CCP.

3 - A requerimento do empreiteiro, devidamente fundamentado, poderá o dono da obra conceder-lhe prorrogação do prazo global ou dos prazos parciais de execução da empreitada.

4 - O requerimento previsto na cláusula anterior deverá ser acompanhado dos novos planos de trabalhos e de pagamentos, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento e, bem assim, de quaisquer outras medidas que para o efeito o empreiteiro se proponha adotar.

5 - Conforme disposto no artigo 373º do CCP, quando haja lugar à execução de trabalhos a mais, o prazo de execução da obra é proporcionalmente prorrogado nos seguintes termos:

a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

b) Tratando-se de trabalhos de espécies diferentes ou da mesma espécie de outros previstos no contrato, mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de prazo de execução no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.

6 – A contagem dos prazos referidos nos números anteriores, será feita no âmbito do disposto no artigo 471º do CCP.

Cláusula 10.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1 - O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano aprovado.

2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.

2 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 - O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

Atos e direitos de terceiros



172

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de este ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
- 2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

- 1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.
- 2 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.
- 3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 14.ª

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

- 1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
- 2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspeto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução.

3 - Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 50% do preço contratual.

4 - O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

5- O empreiteiro é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões do projeto de execução por si elaborado, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo dono da obra.

6 - O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato, mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

7 - O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

Cláusula 15.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1 - Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 - Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 - Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.



173

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Cláusula 16.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

- 1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
- 2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
- 3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
- 4 - Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 17.ª

Ensaios

- 1 - Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
- 2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
- 3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Cláusula 18.ª

Medições

- 1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
- 2 - As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
- 3 - Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades;
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

- 1 - Salvo no que respeita a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
- 2 - No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 3 - O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a elementos de construção e processos de construção definidos neste caderno de encargos, para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial, quando o dono da obra não indique a existência de tais direitos.
- 4 - No caso previsto no número anterior, se o empreiteiro tiver conhecimento de existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que a fiscalização, por ele consultada, o notifique por escrito de que o pode fazer.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Cláusula 20.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

- 1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
- 2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
- 3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
- 4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
 - a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
 - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 21.ª

Outros encargos do empreiteiro

- 1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
- 2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Secção IV

Pessoal

Cláusula 22.ª

Obrigações gerais

- 1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
- 4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 23.ª

Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

Cláusula 24.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

- 1 - O concorrente a quem vier a ser adjudicada a obra fica obrigado a apresentar, aquando da apresentação dos documentos de habilitações do adjudicatário, o Plano de Higiene e Saúde no trabalho.
- 2 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

175

3 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

4 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

5 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 30.ª.

6 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Cláusula 25.ª

Resíduos da Construção e Demolição

1 - O concorrente a quem vier a ser adjudicada a obra fica obrigado a apresentar, aquando da apresentação dos documentos de habilitações do adjudicatário, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

2 - É da responsabilidade do empreiteiro todos os custos inerentes à gestão e colocação em vazadouro devidamente credenciado, de todos os resíduos da construção e demolição.

3 - O concorrente a quem vier a ser adjudicada a obra fica obrigado a entregar, no prazo indicado para a entrega dos documentos de habilitações, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição, nos termos da legislação aplicável.

4 - O empreiteiro, no decorrer da obra terá que apresentar todos os elementos que permitam verificar o modo de como está a ser executado o plano referido no ponto anterior, sendo que estes elementos são indispensáveis para a elaboração do auto de receção provisória.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 26.ª

Preço e condições de pagamento

1 - Os pagamentos a efetuar pelo dono de obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado pela aplicação dos preços unitários contratualmente previstos para cada



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

espécie de trabalho a realizar, tendo por base medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 18ª.

2 – Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a apresentação da respetiva fatura.

3 – As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo dono de obra.

4 – Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo dono de obra condicionada à realização completa daqueles.

5 – No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre dono de obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo dono de obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

6 – O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373º do CCP.

Cláusula 27.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1 – O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 – Sem prejuízo do disposto nos artigos 292º e 293º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

3 – Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 – A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono de obra, nos termos do nº 2 do artigo 295º do CCP.

Cláusula 28.ª



176

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Descontos nos pagamentos

- 1 – Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
- 2 – O desconto para a garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 29.^a

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante da dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 30.^a

Revisão de preços

- 1 - A revisão de preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.
- 2 – É aplicável à revisão de preços a fórmula polinomial do art.º 6.º do DL 6/2004, de 6 de janeiro, utilizando os coeficientes abaixo indicados para os seguintes índices de custos, que resultam da média ponderada das fórmulas F09, F21, F22 e F23:

Fórmula:

$$Ct = 0,33 \frac{St}{So} + 0,06 \frac{M03t}{M03o} + 0,02 \frac{M18t}{M18o} + 0,03 \frac{M20t}{M20o} + 0,06 \frac{M22t}{M22o} + 0,02 \frac{M24t}{M24o} + 0,03 \frac{M43t}{M43o} + 0,05 \frac{M48t}{M48o} + 0,30 \frac{Et}{Eo} + 0,10$$

sendo:

- ❖ St – Mão-de-Obra
- ❖ M03 – Inertes
- ❖ M18 – Betumes a granel
- ❖ M20 – Cimento em saco
- ❖ M22 – Gasóleo
- ❖ M24 – Madeira de pinho
- ❖ M43 – Aço para betão armado
- ❖ M48 – Produtos para ajardinamento
- ❖ Et – Equipamento de apoio



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

O cálculo da revisão de preços é da responsabilidade do dono da obra, de acordo com o artigo 15º, nº 1 do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro.

Secção V

Seguros

Cláusula 31.ª

Contratos de seguro

- 1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
- 2 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
- 3 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
- 5 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
- 6 - Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.



177

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

7 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 32.ª

Outros sinistros

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontra segurado.

2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3 - O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anterior deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 33.ª

Representação do empreiteiro

- 1 - Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a qualificação mínima de acordo com o Quadro n.º 2, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços Exteriores, na vertente de Drenagem superficial e limpeza de linhas de água, ou de Obras de regularização fluvial e linhas de drenagem natural, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.
- 3 - Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 4 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
- 5 - O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
- 6 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
- 7 - Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 8 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.



178

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Cláusula 34.ª

Representação do dono da obra

- 1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
- 3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 35.ª

Livro de registo da obra

- 1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
- 2 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 36.ª

Receção provisória

- 1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída, mediante solicitação do empreiteiro, ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
- 2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta não é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

3 – O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 37.ª

Prazo de garantia

1 - O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de intervenções:

- a) **1 ano** para as intervenções de poda; modelação, consolidação e recuperação de margens;
- b) **2 anos** para as intervenções de erradicação de espécies invasoras (controlo moto-manual e químico).

2 – Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 - Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 38.ª

Receção definitiva

1 – No final dos prazos de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
- b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso da vistoria referida no n.º 1 permitir detetar a existência de defeitos da obra, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo ao empreiteiro para a correção dos problemas detetados,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

179

findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 39.^a

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

- 1 - Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.
- 2 - Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro, ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:
 - a) 25 % do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do segundo ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, designadamente as de garantia;
 - b) Os restantes 75 %, no prazo de 30 dias após o termo de cada ano adicional do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, na proporção do tempo decorrido, sem prejuízo da liberação integral, também no prazo de 30 dias, no caso de o prazo referido terminar antes de decorrido novo ano.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 40.^a

Deveres de informação

- 1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Cláusula 41.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2 – O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
- 3 - Todos os Subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
- 6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 7 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
- 8 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo, em qualquer caso, vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 42.ª

Resolução do contrato pelo dono da obra

- 1 – Para além de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo co-contratante especialmente previstas no Contrato, e sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o contraente público pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

180

- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro (a terceiros) da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra, contrarie o princípio da boa-fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos, imputável ao empreiteiro, que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 - Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, deverá o montante respetivo ser restituído ao dono da obra, sem prejuízo deste poder executar as garantias prestadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

3 - No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 43.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
- g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
- h) Se avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
- i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
 - i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- k) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.



[Handwritten signature]

181

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro, ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 - Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 44.ª

Foro competente

Para dirimir quaisquer questões relativas à validade, eficácia, aplicabilidade e interpretação do presente contrato, as Contratantes convencionam internacionalmente competentes os Tribunais portugueses, e territorialmente competente Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 45.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 46.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos na execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados em observância das regras contidas no art.º 471.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

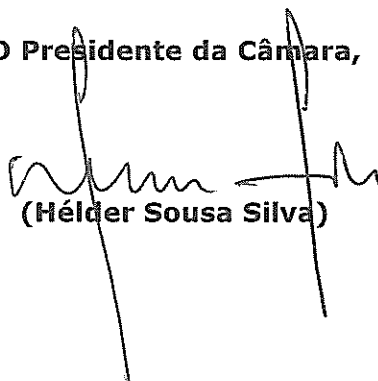
Cláusula 47.ª

Legislação Aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

22, 09, 17

O Presidente da Câmara,



(Helder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

182

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...];

b) [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum 98/773/JAI do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum 98/742/JAI do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

183

de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (18)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO (Habilitação)

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.



84

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (11)]

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO III – Modelo de Caução

GUIA DE DEPÓSITO

Vai **(a)** _____, com morada/sede em _____, contribuinte n.º _____ depositar na **(b)** _____, à ordem do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia de **(c)** _____, que se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação referente a **(d)** _____, constituindo a caução a que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, ____ de ____ de ____

(e) _____

- a) Identificação da entidade depositante (adjudicatário);
- b) Designação da Instituição Bancária
- c) Quantia por extenso;
- d) Descrição do Procedimento
- e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Anexo IV

[Handwritten signature and initials]

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de **(1)** _____, vem o/a **(2)** _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de **(3)** _____ € (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito **(4)** _____ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a **(instituição garante)** _____ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a **(instituição garante)** _____ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

- (1)** - Identificação completa do Adjudicatário;
- (2)** - Identificação completa da Instituição garante;
- (3)** - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
- (4)** - Identificação do procedimento.



15

186

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente.

2017/09/25
...../...../.....

O Vereador,


(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

25/9/2017
...../...../.....

A Diretora de Departamento,


(Ana Viana)

Concordo com o teor da informação.

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

25/9/2017
...../...../.....



(Dulce Lourenço)

DESPACHO

À reunião de Câmara

26/09/17
...../...../.....

O Presidente da Câmara,


(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13751

ASSUNTO: "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares: Modificação Objetiva do Contrato 96/2015: extinção do Lote 13 "Escola Básica da Malveira"

Considerando as deliberações de Câmara, ambas de 20 de março de 2015, que determinaram a emissão do devido parecer prévio vinculativo e subsequente deliberação de abertura de procedimento por **Concurso Público**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação para a celebração do contrato concernente à **"Prestação de serviços no âmbito dos**



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro”, para o ano letivo 2015/2016 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018;

Conduzida a devida tramitação do procedimento (**CPBS 4/2015**), veio o mesmo a culminar no despacho de adjudicação do Sr. Presidente e subsequente ratificação do órgão executivo conforme deliberação de 26 de junho, nomeadamente e para os efeitos concernentes ao âmbito da presente informação, nos seguintes termos:

- ❖ Adjudicação à concorrente **Sabugotur – Sociedade Táxis-Turismo, Unipessoal Lda.** nos termos

N.º Lote	Designação	Preço Unitário (dia/lote)	Preço Lote (anual)
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra	34,45 €	7.372,30 €
8	Escola Básica da freguesia de São Miguel de Alcainça	54,45 €	9.365,40 €
13	Escola Básica da Malveira	24,45 €	4.205,40 €

Adjudicação dos referidos lotes plasmada no Contrato 96/2015, de 23 de julho.

Tendo-se posteriormente procedido à renovação para os anos letivos 2016/2017 e já este ano conforme Deliberação de 7 de julho à renovação da prestação em apreço para o ano letivo 2017/2018.

Considerando a informação **Interno/2017/13306** constante da **Distribuição EDOC/2017/50246**, exarada pela Divisão de Educação e Juventude, onde se encontra plasmado que, não se tendo até ao momento verificado qualquer pedido de transporte de alunos residentes na localidade do *Jerumelo* para a Escola Básica da Malveira, tal invalida a necessidade da manutenção da contratualização da prestação referente ao Lote 13.

Mencionando o ponto 2.1 do art.º 1.º da Parte II do Caderno de Encargos: “...*Se por motivos de força maior (obras, demolições, construção de novas instalações, deslocação de alunos para novo estabelecimento, etc.) se vier a verificar a extinção de qualquer dos*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

Lotes a Câmara Municipal de Mafra ficará isenta de qualquer compensação ao(s) co-contratante (s)."

Atenta a comunicação dos factos ao cocontratante que acatou a necessidade em apreço.

Pelo que se propõe, contemplando o referido contrato 96/2015, três lotes, a Modificação Objetiva do Contrato nos termos do art.º 311 e seguintes do CCP. Termos pelos quais deverá a modificação revestir-se da mesma solenidade do que a do contrato devendo assim a extinção do LOTE 13 ser titulada pela devida adenda ao referido contrato.

À consideração superior,

O Técnico Superior

(Vasco Mota)



21

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

188

PARECER

Concordo.
A consideração do ~~caso~~ senhor
Fernando Leal.

26/09/2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que
o assunto seja objecto
de deliberações pelo órgão
executivo.

26/09/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação
col. A consideração
26/9/2017

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

7

26.09.17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/13739**

ASSUNTO: Processo de transporte escolar não enquadrável no Regulamento Municipal - Aluno da Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Runa

Tendo sido rececionado mais um pedido de comparticipação de transporte escolar de um aluno residente no concelho de Mafra, mas que frequenta um Curso de Educação e Formação de Jovens (CEF) na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, em Runa, Concelho de Torres Vedras, informa-se:

Os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino no concelho de Mafra beneficiam do apoio no transporte escolar, pela Autarquia, nos termos do *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, conjugado, quando aplicável, com o título de transporte "4 18@escola.tp", monitorizado e fiscalizado pelo IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), através do qual é concedido um apoio, em 60% ou 25% do passe, respetivamente para o Escalão "A" ou "B" da Ação Social Escolar, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, republicada pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto.

No entanto, não são lecionados cursos de educação e formação, no concelho de Mafra, nas áreas existentes na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Runa,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

designadamente no Curso de Educação e Formação de Tratador e desbastador de equinos (tipo 2).

Neste enquadramento, analisado o pedido de transporte formulado pelo Encarregado de Educação do aluno Gonçalo Cotrim Macedo, residente na localidade da Carvoeira e que solicita como local de embarque a Encarnação, por opção familiar (menor distância para a escola de destino, o que representa menor encargo financeiro), verifica-se que o mesmo não é enquadrável no *Regulamento Municipal*.

Não obstante, atendendo a que não existe oferta educativa no Concelho, sendo esta área considerada estratégica para o desenvolvimento económico do mesmo e que a frequência deste curso de educação e formação se revela como um meio primordial na inclusão do aluno no sistema educativo, combatendo, desta forma, o abandono escolar; Propõe-se a comparticipação do transporte escolar, pelo Município, a este aluno em 50% do valor do passe escolar, à semelhança do que foi concedido para o presente ano letivo a vários alunos que frequentam o mesmo estabelecimento de ensino:

Aluno	Curso Vocacional/ Educação e Formação	Ano	Local de Embarque	Valor total do passe	Apoio da Autarquia (50%)		Encargo das famílias (50%)
					Encargo mensal	Encargo Total (de out/2017 a jun /2018)	
Gonçalo Cotrim Macedo	Tratador e Desbastador de Equinos	7.º	Encarnação	90,65 €	45,33 €	407,97 €	45,33 €

Atendendo ao exposto, estima-se o encargo total, para o ano letivo de 2017/2018, de 407,97€ (quatrocentos e sete euros e noventa e sete cêntimos).

Tendo em conta os motivos atrás indicados e atendendo a que este pedido de transporte não se enquadra no estabelecido no artigo 1.º do *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, torna-se necessário que o mesmo seja objeto de deliberação da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7.º do referido *Regulamento*.

Mafra, 25 de setembro de 2017

(Fátima Franco Silva)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0403	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE				
Classificação Económica	020210	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes				
Classificação Funcional	2.1.2. 02	Serviços auxiliares de ensino Transportes Escolares				
N.º Rubrica do Plano	2014 A 9					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	1.255.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	
2	Reforços / Anulações	93.105,00				
3	Congel. / Descong. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	1.348.105,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	
5	Encargos Assumidos (a)	1.307.230,60				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	40.874,40				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	407,97				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	40.466,43				

Data: 2017/09/26 Numero de lançamento no diário do orçamento: 9098

Proposta de Cabimento n.º 2017/2587

PRÉ-CABIMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES NÃO ENQUADRÁVEIS NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ANO LECTIVO 2017/2018 -
ALUNO DA ESCOLA PROFISSIONAL AGRICOLA FERNANDO BARROS LEAL EM RUNADULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
2017.09.26 18:06:41 +01'00'

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

190

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo.
A consideração do Excelso Senhor
Presidente.

26/09/2017

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que
o assunto seja objecto de
deliberações pelo órgão
executivo

26/09/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a Inf. Imp.
A consideração superior.

25/9/17

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião
?

26/09/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/13762

ASSUNTO: Processo de Transporte Escolar não enquadrável no Regulamento Municipal - aluna do ensino articulado de música - Agrupamento de Escolas Madeira Torres

Foi rececionado o seguinte pedido de comparticipação de transporte escolar, o qual não é enquadrável no *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, pelo que se informa:

Carolina Ludovice de Gusmão Serrazina, reside ora na Malveira, ora em Vila Franca do Rosário, frequenta o 7.º ano de escolaridade do ensino articulado de música na Escola de Música Luís António Maldonado Rodrigues e o ensino regular na Escola Padre Francisco Soares, em Torres Vedras;

A Escola de encaminhamento pedagógico desta aluna é a Escola Básica Professor Armando de Lucena, cujo passe no percurso de Vila Franca do Rosário – Malveira, tem o valor mensal de 38,65€.

Nesta conformidade, e considerando que não existe no Concelho de Mafra a oferta educativa / formativa em causa, propõe-se que, à semelhança do que foi concedido



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

no ano letivo anterior a esta aluna, a comparticipação do transporte escolar se faça tendo por base o valor de referência que a Câmara Municipal teria de suportar, caso a aluna frequentasse a escola da sua área de encaminhamento pedagógico.

Aluno	Escola / Curso	Ano	Local de Embarque	Valor total do passe para o Estabelecimento de Ensino pretendido	Valor do passe para a escola de encaminhamento pedagógico	Proposta de comparticipação (mensal)	Encargo total estimado (9 meses – out/17 a jun/18)
Carolina Ludovice de Gusmão Serrazina	Escola Padre Francisco Soares - ensino articulado de música	7.º	Malveira / Vila Franca do Rosário	80,35€	38,65 €	38,65 €	347,85 €

Atendendo ao exposto, estima-se o encargo total, para o ano letivo de 2017/2018, 347,85€ (trezentos e quarenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos).

Tendo em conta os motivos atrás indicados e atendendo a que este pedido de transporte não se enquadra no estabelecido no artigo 1.º do *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, torna-se necessário que o mesmo seja objeto de deliberação da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7.º do referido *Regulamento*.

À consideração superior.

Mafra, 25 de setembro de 2017

(Fátima Franco Silva)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0403	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE				
Classificação Económica	020210	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes				
Classificação Funcional	2.1.2. 02	Serviços auxiliares de ensino Transportes Escolares				
N.º Rubrica do Plano	2014 A 9					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	1.255.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	
2	Reforços / Anulações	93.105,00				
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	1.348.105,00	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	
5	Encargos Assumidos (a)	1.307.638,57				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	40.466,43				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	347,85				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	40.118,58				

Data: 2017/09/26 Numero de lançamento no diário do orçamento: 9099

Proposta de Cabimento n.º 2017/2588

PRÉ-CABIMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES NÃO ENQUADRÁVEIS NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ANO LECTIVO 2017/2018 -
ALUNO A FREQUENTAR ESTABELECIMENTO DE ENSINO FORA DO CONCELHO DE MAFRA (ENSINO ARTICULADO DE MUSICA)

DULCE MARIA DUARTE
LOURENÇO
2017.09.26 18:07:31 +01'00'



23.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****192****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****PARECER**

Concordo com o teor do presente parecer.
A consideração do ~~excmo~~ Senhor Presidente.
26/09/2017

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

26/09/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta de representação de Mafra no evento anual "Surf Cities". Para despacho superior.

26/09/2017

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

26/09/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2017/13850**

ASSUNTO: Representação do Município de Mafra no Encontro Anual da Rede Internacional de Surf Cities - Arica - 2017

Reconhecendo a importância dos desportos de onda no desenvolvimento da economia local e considerando a necessidade de um esforço conjunto da comunidade a nível mundial com o interesse comum da indústria do Surf, na partilha de conhecimentos, na identificação de novas oportunidades e no aumento da competitividade, o Município de Mafra aderiu em 2011 à Rede Internacional de Surf Cities.

No âmbito da Rede Internacional, é promovido um encontro anual que visa, para além da definição de projetos futuros relacionados com o surf, a partilha das boas-práticas e de projetos pelas cidades membro.

anexo XII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Em 2016, este encontro teve lugar na Ericeira e contou com a presença de representantes de Viana do Castelo (Portugal), San Sebastian (Espanha), Durban (África do Sul), Santos (Brasil), Las Palmas (Espanha) e Montañita (Equador).

O Encontro Anual da Rede Internacional de Surf Cities (*World Surf Cities Network – WSCN*) irá ter lugar, em 2017, na cidade de Arica, no Chile, de 11 a 15 de outubro.

Face à importância estratégica do Município de Mafra enquanto membro fundador da Rede Internacional de Surf Cities, à possibilidade que oferece de intensificar o intercâmbio cultural, social e turístico junto dos países membros desta rede, à promoção do surfing junto de outros mercados internacionais, bem como, o enquadramento da atividade desta rede nos eixos prioritários de ação definidos pelo executivo no que a esta matéria diz respeito, considera-se fundamental a representação da Autarquia no encontro de 2017, permitindo a consolidação de contactos com os restantes membros e a verificação das tendências de surf a nível mundial.

A cidade anfitriã do Encontro Anual é responsável pelo alojamento, sala de reuniões e deslocações internas no âmbito do programa, ficando a viagem e ajudas de custo a cargo dos participantes.

Face ao exposto, propõe-se que o Município de Mafra participe no evento em questão com três representantes, suportando as despesas inerentes à deslocação.

Mafra, 26 de setembro de 2017

A Técnica Superior,

Ana Sofia Vaz

(Ana Vaz)